

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Teresa de Jesus Garcia Moreno

O conhecimento prévio e a referenciação na atividade de leitura

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Teresa de Jesus Garcia Moreno

O conhecimento prévio e a referenciação na atividade de leitura

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

Especialmente aos meus filhos que, com todo o seu companheirismo, souberam compreender a necessidade dos momentos de isolamento para que este trabalho se concluísse.

AGRADECIMENTOS

Meus especiais agradecimentos:

Primeiramente, a Deus, que me possibilitou a realização deste estudo e projeto de vida, fortalecendo e amparando-me.

À minha família, pela compreensão demonstrada e pelo seu estímulo com ânimo e coragem e, especialmente, à minha nora, Sandra Harumi Shiokawa De Simone, pela sua colaboração com o *abstract*.

À Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro com o qual me contemplou.

À Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi, pela orientação, paciência e compreensão demonstrada para comigo, no decorrer deste processo na PUC-SP.

Às Professoras Doutoras Ana Rosa Ferreira Dias e Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade, pelas suas valiosas contribuições, no decorrer de minha qualificação.

Aos prezados Professores Doutores, pelos valiosos conhecimentos que me foram passados, no decorrer deste curso: Jarbas Vargas Nascimento, João Hilton Sayeg Siqueira, Leonor Lopes Fávero, Luiz Antônio Ferreira e Mercedes Fátima Cunha Crescitelli.

À Lourdes, secretária do Programa de Estudos Pós Graduated em Língua Portuguesa, pela sua atenção.

Aos meus colegas de Curso, pelo companheirismo demonstrado.

“Ler as obras dos poetas e dos escritores é hoje um dos poucos prazeres que se nos deixa ao espírito, em um tempo em que a prosa estéril e tediosa vai substituindo toda a poesia da alma e do coração.”

Machado Assis "Crônicas - 1510"

***“(...) Assim são as páginas da vida,
como dizia meu filho quando fazia versos,
e acrescentava que as páginas vão
passando umas sobre as outras,
esquecidas apenas lidas.”***

Machado de Assis "Suje-se Gordo!"

RESUMO

Esta dissertação situa-se na linha de pesquisa Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa, seu tema é a produção de inferências, e o problema que a motivou tem sua origem nas dificuldades observadas na compreensão da leitura realizada por alunos do Ensino Médio.

Selecionamos, como *corpus*, um texto de Machado de Assis, *Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*, baseados, sobretudo, na ativação de elementos do conhecimento prévio que ele requer do leitor. O objetivo geral deste trabalho é situar o processo inferencial como um processo que contribui para a compreensão da leitura, e, especificamente, verificar qual é o conhecimento prévio que o leitor necessita ativar para compreender o texto analisado, como ocorre o processo de referenciação do texto e se reconhecer o elemento anafórico auxilia sua compreensão.

Para seu desenvolvimento, fundamentamo-nos em estudos de Apothéloz, 2003; Brown & Yule, 1993; Dell’Isola, 2001; Fávero, 2004; Kleiman, 1989; KOCH, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b; Koch & Elias, 2006; Koch & Marcuschi, 1998; Koch & Travaglia, 1995; Marcuschi, 1985, 1999, 2001, 2005, 2007; Mondada & Dubois, 2003; Solé, 1998; Trevisan, 1992 e Van Dijk, 1984 e 1996.

Evidencia-se, assim, a relevância de atuarmos com o conhecimento prévio, por meio do conhecimento sobre a vida do autor, do conhecimento sobre o contexto de produção do texto, do conhecimento sobre o seu léxico e da força ilocucionária, e com a referenciação, para orientar o leitor na compreensão do texto, por meio de inferências. Finalizando a dissertação, procuramos apontar perspectivas facilitadoras para o ensino de leitura, no Ensino Médio.

Palavras-chave: leitura; inferência; conhecimento prévio; referenciação.

ABSTRACT

This dissertation is on the Portuguese Language Reading, Writing and Teaching research live, its topic is the production of inferences, and the problem that motivated it has its origin in the difficulties observed in the reading understanding carried out by Senior High School students.

We selected, as *corpus*, a text by Machado de Assis, *a Chronicle published in the Gazeta de Notícias newspaper on May 19th, 1888*, mainly based on the activation of elements of previous knowledge that it requires from the reader. The general objective of this work is to situate the inferencial process as a process that contributes to the reading comprehension, and specifically to check what is the previous knowledge that the reader needs to activate in order to understand the analysed text, how the referencing process occurs therein, and whether recognizing the anaphoric element aids in its understanding.

For its development, we based ourselves on Apothéloz, 2003; Brown & Yule, 1993; Dell’Isola, 2001; Fávero, 2004; Kleiman, 1989; KOCH, 2004a, 2004b, 2005a, 2005b; Koch & Elias, 2006; Koch & Marcuschi, 1998; Koch & Travaglia, 1995; Marcuschi, 1985, 1999, 2001, 2005, 2007; Mondada & Dubois, 2003; Solé, 1998; Trevisan, 1992; and Van Dijk, 1984 and 1996.

Thus, it is evidenced the relevance for us to act with the previous knowledge, through the knowledge about the author’s life, of the knowledge about the text production context, of the knowledge about its lexicon, and of the illocutionary force, and with referencing, in order to guide the reader in the text understanding, through inferences. Finalizing the dissertation, we sought to indicate facilitating perspectives for reading teaching in Senior High School.

Keywords: reading; inference; previous knowledge; referencing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
------------------------	-----------

CAPÍTULO I- O texto como fonte de interação sociocognitiva na atividade de leitura.....	22
--	-----------

1.1 O conhecimento prévio e os conhecimentos atuantes na compreensão do texto.....	26
--	----

1.1.1 Os modelos cognitivos da memória.....	30
---	----

1.2 O processamento da informação na memória.....	35
---	----

1.3 A produção de inferências.....	37
------------------------------------	----

1.3.1 A relevância do contexto no ato de inferir.....	42
---	----

CAPÍTULO II- A referenciação e a (re)construção dos objetos-de-discurso.....	48
---	-----------

2.1 As estratégias que atuam na referenciação	54
---	----

2.2 As anáforas na ativação ancorada, a progressão referencial e suas estratégias.....	56
--	----

2.2.1 As anáforas indiretas, suas características, tipos e subtipos...	60
--	----

CAPÍTULO III- O conhecimento prévio e a referenciação em atividade de leitura.....71

3.1 O conhecimento sobre o autor e o contexto sócio-histórico para a produção de inferências73

3.2 O conhecimento sobre o contexto de produção do texto para a produção de inferências.....81

3.3 O conhecimento sobre o léxico e a força ilocucionária para a produção de inferências.....94

3.4 As anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações para a produção de sentidos.....106

3.5 A compreensão do texto: uma leitura.....116

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....120

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....125

ANEXO

Texto – *Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*.....131

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Leitura, Escrita e Ensino de Língua Portuguesa, tendo por base os estudos teóricos da Lingüística Textual, e seu tema é a produção de inferências, entendidas como um processo sociocognitivo-interacional realizado pelo leitor, ao procurar compreender o texto.

O problema motivador deste trabalho origina-se nas dificuldades constatadas pelos professores, no tocante à compreensão de leitura realizada por nossos alunos do Ensino Médio. Como professora, sentimos que uma boa parte desses estudantes percebe e entende as informações circunscritas nos enunciados, mas não as relacionam às suas informações extralingüísticas.

Selecionamos, como *corpus*, um texto de autoria de Machado de Assis, *Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*, que será analisado quanto às suas possibilidades de produção de inferências. Escolhemos este texto por considerar que seu autor é um de nossos maiores nomes literários, que a leitura de suas produções é obrigatória no âmbito escolar, no Ensino Médio, e que esse texto solicita a ativação, pelo leitor, de elementos do conhecimento prévio relacionados a um contexto de produção bastante diferente daquele hoje vivenciado.

Orientamos, assim, nosso trabalho, pelas seguintes perguntas de pesquisa:

- 1) Qual é o conhecimento prévio ativado que facilita a compreensão na leitura da *Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*, de autoria de Machado de Assis?
- 2) Como ocorre o processo de referenciação do texto?

3) O reconhecimento do elemento anafórico auxilia a compreensão do texto analisado?

Temos, pois, por objetivo geral, situar o processo inferencial como um processo que contribui para a compreensão da leitura realizada pelo leitor, por meio da interação entre leitor-texto-autor e, por objetivos específicos, verificar qual é o conhecimento prévio que o leitor necessita ativar para compreender o texto analisado, como ocorre o processo de referenciação desse texto e se reconhecer o elemento anafórico auxilia a sua compreensão.

Para assim procedermos, seguindo os estudos teóricos de Koch (2004b), partimos dos seguintes pressupostos:

- o texto contém marcas que orientam o leitor em seu processo de produção de inferências;
- o conhecimento prévio auxilia o leitor a detectar as marcas contidas no texto para produzir inferências;
- a produção de inferências contribui para a superação de dificuldades relacionadas à produção de sentidos e à compreensão da leitura.

Para a realização deste trabalho, tomamos por base os estudos sobre os processos cognitivos realizados pelo leitor para a compreensão da leitura e os contextos que permitem a produção de sentidos do texto (Brown & Yule, 1993; Dell'Isola, 2001; Fávero, 2004; Kleiman, 1989; Koch, 2004a, 2004b, 2005b; Koch & Elias, 2006; Koch & Travaglia, 1995; Marcuschi, 1985, 2007; Solé, 1998; Trevisan, 1992 e Van Dijk, 1996); os estudos a respeito da produção de inferências (Brown & Yule, 1993; Dell'Isola, 2001; Kleiman, 1989; Koch,

2005b; Koch & Travaglia, 1995; Marcuschi, 1985, 2007 e Van Dijk, 1984); os estudos que abordam o processo de referenciação e suas estratégias, a ativação ancorada e não ancorada, a anaforização com as anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações, assim como a progressão referencial (Apothéloz, 2003; Fávero, 2004; Koch, 2004b, 2005a; Koch & Elias, 2006; Koch & Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1999, 2001, 2005, 2007 e Mondada & Dubois, 2003).

Segundo Van Dijk (1984), as inferências são as interpretações coerentes e provenientes das proposições não expressas de forma direta, mas possíveis de serem realizadas a partir de outras proposições que foram expressas no discurso. Para o autor, o discurso implícito diferencia-se do discurso explícito, mas entre eles não há uma marcação definida. As descrições completas são impraticáveis e inadequadas pragmaticamente, ou seja, se colocássemos toda a informação na conversação, instalaríamos a redundância ou a não pertinência, devido à irrelevância de certos fatos, no contexto conversacional.

Nas informações explícitas dos enunciados do texto, há proposições expressas e possíveis de serem relacionadas a determinadas proposições implícitas para, interpretativamente, produzirmos os seus sentidos. Inferir é, assim, relacionar, estrategicamente, as informações explícitas àquelas subjacentes para interpretar e estabelecer os sentidos, a fim de possibilitar a compreensão textual. Por isso, a produção de inferências é um processo fundamental para a produção de sentidos.

De acordo com Koch (2005b), para que os textos sejam coerentes, o leitor deve produzir inferências sobre as informações textuais. O leitor competente (re)significa o texto, (re)construindo os significados textuais, inferencialmente, e,

sem a atuação do conhecimento prévio, num processo indispensável e devidamente inserido no contexto, não há inferências para realizar.

Referindo-nos ao conhecimento prévio, salientamos a opinião de Fávero (2004, p.73) sobre esse conhecimento, situando-o como *o elemento-base, subjacente a todos os outros*. A autora esclarece que a compreensão textual se estabelece quando ativamos o conhecimento prévio. Nessa ocasião, a nossa memória seleciona os dados nela armazenados e relacionados aos elementos lexicais do texto, e esses conhecimentos interagirão para permitir-nos construir a sua compreensão textual.

Conforme Koch (2004b), o conhecimento lingüístico, o conhecimento textual e o conhecimento de mundo, inseridos e armazenados na memória do leitor, formam o seu *background* de conhecimentos particulares, possibilitando-lhe atuar na compreensão da leitura. E isso nos permite entender o conhecimento prévio como sendo de fundamental importância.

De modo equivalente à necessidade da utilização do conhecimento prévio para a compreensão da leitura, o processo de referenciação e a progressão referencial mostram-se igualmente relevantes para a produção de sentidos, pois ambos (re)constroem os objetos-de-discurso, enquanto consideram certas intenções do autor em determinado contexto e no decorrer da interação.

Nas práticas discursivas e socioculturais, construímos certas interpretações públicas de mundo. *As categorias e os objetos-de-discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos* (MONDADA & DUBOIS, 2003, p.17).

A referenciação ocorre durante a interação verbal, ao textualizarmos o mundo pela linguagem, enquanto atuamos com os recursos lingüísticos que temos disponíveis, devidamente inseridos na sociedade e na cultura, pois representamos certos estados de coisas, conforme o que pretendemos dizer para (re)construirmos o real. Na progressão referencial, retomamos os referentes mais adiante ou permitimos o seu uso como base para introduzir novos referentes no discurso (KOCH, 2004b; KOCH & ELIAS, 2006).

A composição desta dissertação abrange três capítulos, acompanhados desta Introdução, das Considerações Finais, das Referências Bibliográficas, que a subsidiaram, e do texto analisado, em anexo.

No capítulo I, situamos o texto como fonte de interação sociocognitiva, por meio do processo cognitivo realizado pelo leitor, no decorrer da leitura, em que ele utiliza conhecimentos armazenados na memória e modelos cognitivos, inseridos no conhecimento de mundo. Abordamos o processamento da informação na memória, a produção de inferências e suas estratégias, e o contexto, por meio do contexto lingüístico e do contexto geral, situados no texto, e do contexto cognitivo, situado no leitor.

No capítulo II, discorremos sobre a referenciação e a progressão referencial, apresentando as estratégias de referenciação e a anáfora, em sua forma ancorada e não ancorada. Abordamos a forma ancorada, por meio das anáforas associativas e das anáforas indiretas, optando por estudar a anáfora indireta com seus subtipos e selecionando, para a análise do texto, as anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações.

No capítulo III, à luz dos aspectos teóricos tratados no primeiro e no segundo capítulos, analisamos o texto que constitui o *corpus* deste trabalho, quanto ao conhecimento prévio exigido do leitor e quanto ao processo de referenciação realizado no texto.

Nas Considerações Finais, procedemos a uma reflexão sobre o trabalho realizado, procurando apontar perspectivas facilitadoras para o ensino de leitura, no Ensino Médio.

CAPÍTULO I

1. O texto como fonte de interação sociocognitiva na atividade de leitura

Neste primeiro capítulo, temos por objetivo situar uma base teórica para abordar o texto como fonte de interação sociocognitiva, entre leitor-texto-autor, de forma a subsidiar esta dissertação. O uso da língua se estabelece com ações verbais, entendidas como atividades sociais e mantidas por indivíduos atuantes na sociedade. Por meio das ações lingüísticas e cognitivas realizadas pelos interlocutores, o texto é o efetivo lugar da interação. Todavia, a sociedade e a cultura nas quais o indivíduo se insere também atuam significativamente na compreensão textual.

A língua produz mais do que representações da realidade e podemos entender a sua utilização como uma atividade social. Para utilizarmos uma língua, devemos inseri-la devidamente na sociedade e no contexto em que nos encontramos. É na e pela linguagem, enquanto capacidade própria do ser humano, que nós nos constituímos como sujeitos, social, histórica e cognitivamente. Assim, *a língua é indeterminação com poder estruturante, ou seja, sem ela não se dá a ordenação da experiência, mas em si mesma ela não é a ordem de um universo externo* (Marcuschi, 2007, p.48).

Segundo o autor, quando os sujeitos procuram estabelecer uma comunicação, eles praticam ações verbais com as quais permutam representações, objetivos e interesses. A ação verbal, entendida como ação lingüística, é de cunho social, obedece a determinadas regras e se realiza com a produção e a recepção de textos.

Esclarecendo a Teoria da Atividade Verbal, Koch (2004a) expõe que, nas ações lingüísticas dos indivíduos, escritas ou orais, temos a produção do enunciado condicionada a alguma intencionalidade do locutor, a determinadas

condições para que esse propósito seja alcançado e às conseqüências que surgirão ao alcançar o objetivo que se tem em vista.

Todavia, o autor necessitará situar essa ação lingüística da melhor forma possível para facilitar ao leitor a sua análise e compreensão. Por sua vez, o leitor deverá (re)significar o texto atuando estratégica e cognitivamente para alcançar os seus sentidos e interpretar as ações lingüísticas do autor, conforme suas experiências particulares, conhecimentos e interesses de leitura.

Segundo Koch & Elias (2006), durante a leitura, o leitor formulará hipóteses e conceitos, verificará suas crenças e opiniões, criará suposições e selecionará certos assuntos de maior interesse para (re)significá-los. Nessa atuação, ele estabelecerá relações entre as informações contidas no texto e as informações extralingüísticas, num processo inferencial. E, dessa forma, o leitor se posicionará reconhecendo ou reproduzindo os sentidos contidos no texto.

O processo de leitura não é único e os distintos conhecimentos utilizados pelos diferentes indivíduos leitores, acompanhados de certos fatores que nesse processo interferem, como diferenças sociais, culturais, lingüísticas e, inclusive, regionais, também poderão causar alterações nos sentidos da leitura. E os sentidos produzidos em ocasiões distintas, ainda que sendo de um mesmo texto e pelo mesmo leitor, poderão diferenciar-se ou ampliar-se, devido à interferência do contexto sociocognitivo que envolve o leitor em seu tempo e espaço.

É na interação que o sentido do texto se reconstruirá, porém, o texto só existirá se alguém lhe conferir um sentido. A passividade do leitor não condiz com o ato de leitura, porque o leitor competente é o único produtor de sentidos do texto lido e a ele compete dar-lhe uma significação em sua reconstrução. E

antecipar resultados sobre a compreensão da leitura, com afirmações convictas, pode ocasionar certos problemas, pois *mesmo os textos mais simples podem oferecer as ‘compreensões’ mais inesperadas* (MARCUSCHI, 1985, p.03).

A produção de sentidos decorre de acontecimentos sociais, visto que o ser humano existe socialmente, e de acontecimentos interativos que requerem o seu crescimento entre seus semelhantes. Os sentidos são características dos seres humanos e a interlocução, entre os sujeitos, é necessária para o seu surgimento. Não podemos esperar que o sujeito construa os sentidos isoladamente, pois produzimos enunciações situadas em contextos que envolvem indivíduos em interações. *O sujeito não é apenas enunciativo e sim também social e nesta ação social situada ele instaura e diz o mundo* (MARCUSCHI, 2007, p.96).

O texto é o resultado de um processo sociointeracional complexo e, simultaneamente, também é construtor social de sujeitos, de seus conhecimentos e de sua linguagem.

Quanto à leitura, Koch & Elias (2006, p.22) a classificam como:

uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo.

A mobilização dos conhecimentos permitirá que o leitor realize a leitura do texto, porém, a real compreensão se estabelecerá quando ele relacionar seus conhecimentos aos conhecimentos veiculados pelo texto, explícita e implicitamente, para produzir as inferências e permitir a produção dos sentidos.

Ao (re)significar o texto, no decorrer do processo de leitura, o leitor deverá atuar com os seus conhecimentos armazenados na memória, num processo indispensável. Esses conhecimentos se apresentarão, a partir do contato com o texto, quando o leitor ativar o seu conhecimento prévio para alcançar a compreensão textual.

1.1 O conhecimento prévio e os conhecimentos atuantes na compreensão do texto

Nos estudos atuais sobre a compreensão de leitura, o conhecimento prévio é imprescindível, pois, sendo o elemento-base que se manifesta por meio dos outros conhecimentos, ele abrange todos os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo ao longo de sua vida e inseridos em sua memória.

De acordo com Marcuschi (2007), a armazenagem do conhecimento do indivíduo, na memória, ocorre de forma organizada e acessível. Segundo o autor, de alguma forma, o conhecimento assemelha-se a representações, devidamente capacitadas para assumir formas lingüísticas, e solicita do indivíduo a capacidade de relacionar fenômenos e extrapolar meras representações mentais de um mundo exterior.

Esclarece Solé (1998) que, em certas leituras, o nosso conhecimento prévio pode não se ajustar ao conteúdo do texto, se ele nada tiver para nos ensinar ou devido ao nosso desinteresse por sua informação nova. No entanto, só teremos aprendido algo, se penetrarmos no texto com o nosso conhecimento e dele retirarmos a informação nova, percebendo-lhe certos objetivos.

Ainda segundo a autora, se surgirem contradições totais ou parciais com o nosso conhecimento prévio, devemos revisá-lo para permitir que a informação nova e/ou contraditória a ele se integre. Ao introduzirmos novas variáveis, os resultados obtidos poderão sofrer alterações e o conhecimento poderá ser ampliado. Assim ocorrendo, o conhecimento prévio poderá ser modificado radicalmente ou, ainda, poderemos tecer novas relações com outros conceitos.

Ao primeiro contato do leitor com o texto, o conhecimento prévio lhe solicitará o seu conhecimento lingüístico, que é o primeiro conhecimento a se apresentar para o início da compreensão textual. O conhecimento lingüístico abrange o conhecimento sobre o léxico, as estruturas sintáticas co-textuais, as regras da língua e o seu próprio uso, bem como a pronúncia da língua. Esse conhecimento permite ao leitor a percepção do sentido dos enunciados do texto e a relação entre o lingüístico, o conceitual-cognitivo e o contexto de situação, de acordo com a visão pragmática (KOCH, 2004b; TREVISAN, 1992).

Para Kleiman (1989, p.13), o conhecimento lingüístico é *aquele conhecimento implícito, não verbalizado, nem verbalizável, na grande maioria das vezes, que faz com que falemos português como falantes nativos*.

Segundo Marcuschi (2007), o conhecimento lingüístico pede que a sua aquisição extrapole o seu mero desenvolvimento, pois apenas estruturas devidamente qualificadas podem dar-lhe forma. Enquanto mecanismo que atua na aquisição de uma certa língua, somente a faculdade da linguagem é inata.

O conhecimento textual abrange o conhecimento sobre as estruturas textuais, os modelos textuais globais, as macrocategorias e, ainda, conecta os objetivos, as bases textuais e as estruturas globais, segundo Koch (2004b).

De acordo com Kleiman (1989), por seu intermédio, podemos contrapor as várias estruturas textuais existentes e notar certos tipos de discursos, se considerarmos a interação realizada entre leitor e autor. As marcas formais do texto atestam a intenção do autor em dizer algo, mas o leitor deverá dispor-se a escutar o autor, no texto.

Koch (2004b) explica que o conhecimento de mundo, semântico ou enciclopédico é uma contribuição da Psicologia Cognitiva e da Inteligência Artificial. Ao ser adquirido e armazenado na memória, ele pode ser do tipo declarativo, quando formado por proposições que se ligam a fatos do mundo, ou do tipo episódico, ao estabelecer-se por meio de modelos cognitivos de base sociocultural e decorrentes da experiência de cada ser.

Esse conhecimento, para Trevisan (1992), pode ser adquirido formal ou informalmente e é extremamente abrangente. Ele liga conceitos e relações subjacentes ao texto, constitui-se com as experiências vivenciadas pelo indivíduo e permite ao leitor a reconstrução do mundo textual elaborado pelo seu autor.

Para a autora, o mundo textual não se configurará no mundo real vivido pelo leitor, pois as experiências e convicções pessoais dos interlocutores interferirão nos vários processos de leitura por eles realizados, embora uma aproximação entre os dois mundos seja necessária. O conhecimento apresentado como sendo comum aos interlocutores é o conhecimento partilhado.

Marcuschi (2007) explica o conhecimento entendido como partilhado ou como conhecimento mútuo, entre os indivíduos, situando-o como suposições que pedem a reciprocidade e produzem dadas expectativas. Atuando com o

conhecimento mútuo numa experiência localizada, na mesma comunidade, partilhamos normas sociais e aspectos culturais.

Mas, não é fácil estabelecermos quanto podemos dizer ou supor, pois as suposições são de difícil delimitação, uma vez que não há uma relação direta entre língua e mundo. E muitas de nossas significações extrapolam o uso da língua, embora não consigamos desvinculá-las facilmente desse uso. Interpretamos e (re)construímos o mundo ao nosso redor na e pela linguagem.

Quanto ao que podemos dizer, o princípio de informatividade é de grande importância. Segundo Koch (2004b), a elaboração de um texto deve abranger uma distribuição equilibrada da informação nele inserida, por meio do movimento de retroação que retoma a informação já dada e, também, por meio do movimento de progressão que introduz a informação nova. É impossível processarmos um texto cognitivamente com apenas dados novos.

E o grau de previsibilidade da informação do texto deve ser ponderado, pois a sua informatividade variará conforme a previsibilidade da informação. O texto será mais informativo se a sua informação for menos previsível.

Sobre o que podemos supor, embora para o autor do texto seja difícil prever as suposições que o leitor poderá formar, o autor deverá prever os conhecimentos que o leitor possui, para facilitar-lhe a compreensão das informações textuais.

Há que se destacar ainda que, no tocante às suposições das informações do texto para a (re)construção dos sentidos textuais, pelo leitor, os modelos cognitivos existentes em sua memória são fundamentais.

1.1.1 Os modelos cognitivos da memória

No decorrer do contato com o texto, o leitor inicia um processo mental para construir os seus modelos cognitivos, a partir das informações contidas na Representação Textual (RT).

Segundo Van Dijk (1996), a RT provém do contato do leitor com o texto, quando o leitor reproduz parcialmente a sua compreensão lingüística sobre as informações textuais, enquanto, simultânea e cognitivamente, procura supor o assunto tratado pelo texto. As RT's construídas podem ser iguais ou distintas entre os usuários, porém o entendimento do texto só se processará se houver a recuperação correta do modelo. Contudo, a recuperação do modelo pode ser fracionada, porque certos detalhes podem ser esquecidos durante esse processo.

A Representação Textual apenas cria o modelo e, após a reprodução das informações lidas, as RT's primárias não mais serão acessíveis ao leitor. As noções cognitivas diretas ou indiretas, apreendidas da RT e formadas a partir daquilo que o texto trata, formam o modelo de situação (MS), que poderá ser recuperado ou atualizado sobre situações semelhantes em modelos anteriores.

Para o autor, no mesmo contexto sociocultural e comunicativo, salvo interpretações inadequadas ou mal-entendidos, os modelos são partilhados entre indivíduos inseridos na sociedade que podem standardizá-los e formar protótipos situacionais para serem armazenados na memória semântica. Dessa forma, o leitor utiliza ciclicamente as informações retiradas do texto para formar o modelo com as informações provenientes da representação textual e interpretar as informações do texto com a informação do modelo.

As experiências pessoais são registradas cognitivamente já nos primeiros contatos com o texto. Nessa ocasião, ao tecer certas suposições sobre o assunto tratado, o leitor inicia as relações entre as informações contidas linguisticamente e as informações situadas em sua memória, similares àquelas que o texto contém para criar o modelo e, posteriormente, armazená-lo na memória episódica. Essas relações apresentam-se como inferências iniciais, por meio do conteúdo lingüístico do texto, numa aproximação com o conhecimento prévio do leitor.

Segundo Koch (2004b), os modelos podem atuar com registros situados na memória social ou com informações inseridas no contexto da comunicação atual. Representam características prototípicas de episódios ou de situações e atuam com conhecimentos, como o procedural, que é visto como aquele que se manifesta ao realizarmos certas atividades.

Para a autora, inicialmente, os modelos são o produto da experiência do indivíduo numa determinação espaço-temporal, mas, ocorrendo uma seqüência de experiências similares a outros modelos do grupo, serão generalizados e estocados na memória episódica, inserida na memória enciclopédica.

Recorrendo a Van Dijk, a autora explica o processamento da informação do texto que permite a elaboração de hipóteses e a produção de inferências, baseando-se em certos tópicos do texto:

Por ocasião do processamento da informação, selecionam-se os modelos com a ajuda dos quais o atual estado de coisas pode ser interpretado. As unidades não explícitas no texto são *inferidas* do respectivo modelo. Na falta de informação explícita em contrário, utiliza-se como preenchedor (*filler*) a informação estereotípica (*standard*) (VAN DIJK, 1988, 1989 *apud* KOCH, 2004b, p.23).

Dessa forma, os modelos representam o nosso conhecimento de mundo, por meio de blocos parcialmente estruturados que abrangem o armazenamento

de nosso conhecimento sobre cenas, situações e eventos estabelecidos pela nossa experiência e cultura, em certa sociedade.

De acordo com Marcuschi (2007), a dimensão de nossos modelos cognitivos provém da relação de continuidade estabelecida entre a sociedade e a cognição, como se fosse um filtro sociocognitivo. Quando nos referimos a um acontecimento sobre ordem social, direitos de cidadania, educação pública etc, estamos situando ocorrências construídas socioculturalmente. Apropriar-nos de modelos com sistemas lingüísticos não formais, como o universo que envolve a sociedade e a cultura, é de grande importância, uma vez que, por seu intermédio, nos estabelecemos como seres cognitivos.

Para Fávero (2004), os modelos cognitivos globais representam blocos de conhecimentos organizados na memória e são muito utilizados durante a comunicação dos indivíduos. Nesses modelos cognitivos encontramos:

- *Frames*, que abrangem o conhecimento comum sobre um conceito inicial. Seus elementos atuam inseridos num todo, sem obrigatoriedade de ordem ou de seqüência. Isoladamente, seus elementos são conceituais, e, no todo, constituem um *frame*;

- Esquemas, que abrangem eventos ou estados. Seqüencialmente, eles são ordenados, fixos, previsíveis e determinados. Devido a serem seletivos, também são econômicos, pois aceitam a colocação implícita daquilo que é considerado normal em certa situação.

- Planos, que abrangem conhecimentos sobre o comportamento das pessoas, devido a certas intenções. Seus elementos seguem uma ordenação previsível e possibilitam a percepção das intenções do autor.

- Cenários, que atuam com conhecimentos contextuais e situacionais. São cenários apropriados, ativados pelo leitor, permeiam o texto e aceitam a interpretação textual, desde que relacionados, pelo menos, com partes dos elementos situados no texto ou, de modo particular, no leitor.

- *Scripts*, que nos colocam planos fixos com estereótipos e uma rotina predeterminada. Em sua função, especificam os papéis dos participantes e as ações que deles se esperam.

Conforme expõe Trevisan (1992), os modelos se adaptam aos tipos de textos numa dependência de ações e situações discursivas de tipologia. O *frame* seria mais utilizado em textos descritivos, pois esses textos empregam conhecimentos estabelecidos por meio de objetos ou situações. O esquema seria mais apropriado às narrativas, entendidas como textos organizadores de ações e de eventos. E os planos seriam adequados aos textos argumentativos, para procurar promover a aceitação ou a avaliação de crenças e idéias.

Sobre os *scripts*, a autora explica que, sendo conhecimentos socialmente partilhados, eles sofrem certas imposições, porque se estabelecem por elementos de um grupo social e constituem o discurso representando opiniões, atitudes, crenças e ideologias.

Assim, para a autora, os modelos possibilitam a produção de inferências sobre tópicos e referentes ou permitem a recuperação de partes de modelos já existentes, com eventos básicos do texto formando modelos provisórios, como *frames* e *scripts*.

Prosseguindo com Van Dijk (1996), no modelo temos um *sistema de controle* geral, situado na memória episódica, que trabalhará com conhecimentos

mais gerais e abstratos na compreensão estratégica discursiva para adequar o modelo às necessidades dos interlocutores do texto, na interação.

Genericamente, o modelo se situa como estratégico, porque compreendemos uma palavra em uma oração conforme a sua estrutura funcional, sintática e semântica e, ao reconstruir o significado do texto, o leitor será guiado por seus interesses. As estratégias são uma parcela de nosso conhecimento geral entendidas como o conhecimento procedural atuante na compreensão do discurso. Antes de serem automatizadas, elas são (re)aprendidas, em parte, na infância, mais tarde ou com treinamento próprio.

Explica o autor que, no modelo, temos uma estratégia geral que engloba outras estratégias específicas. A finalidade da estratégia geral é a construção de uma *base textual*, o que esclarece a submissão da compreensão do texto à avaliação dessa base textual. As estratégias específicas construirão proposições, tecerão a coerência ligando significativamente as seqüências de sentenças discursivas, inferirão macroproposições, entre as proposições textuais, e atuarão com a superestrutura textual ou elaborarão um modelo de sua produção.

Essas estratégias são de *uso do conhecimento* e, no transcorrer da interação, elas adaptam os modelos às necessidades dos interlocutores do texto. Os processos mencionados são comuns durante a leitura, porém estratégias *conversacionais*, *estilísticas*, *não-verbais* e *retóricas* também auxiliam na compreensão.

Dessa forma, os conhecimentos lingüísticos, textuais e de mundo, enciclopédicos ou semânticos do leitor, com seus modelos cognitivos, passam a

representar os seus conhecimentos de vida e serão armazenados em sua memória para serem utilizados nas muitas interpretações textuais que se apresentarão.

1.2 O processamento da informação na memória

Os vários estudos sobre o processamento da informação na memória situam a sua atuação como fundamental no processamento cognitivo realizado pelo indivíduo para a compreensão do texto, uma vez que compete à memória estocar informações e experiências.

Para Koch & Travaglia (1995), as informações são armazenadas na memória em três níveis. A Memória Temporária armazena seqüências de números ou de palavras, numa capacidade limitada. A Memória Operacional armazena o conteúdo proposicional sem que ocorra uma limitação em sua capacidade, recodifica os elementos da memória temporária, abstrai a forma associando o conteúdo proposicional à informação prévia e ativa os conceitos como unidades de sentido. E a Memória Permanente armazena todo o conhecimento existente no indivíduo, inclusive, o conhecimento sobre fatos gerais ou aqueles conhecimentos decorrentes de experiência de vida.

Trevisan (1992) complementa as denominações dos níveis na memória com outras também conhecidas, respectivamente: a Memória de Curto Termo que possui uma limitação de sete itens; a Memória de Médio Termo que opera com significados, e a Memória de Longo Termo que integra o significado do texto e as informações provenientes do conhecimento prévio do leitor. Na Memória de Longo Termo, encontramos a Memória Semântica, Social ou Conceitual e a Memória Episódica. A Memória Semântica armazena estruturas

cognitivas de características generalizadas, como os *scripts*, ou o conhecimento sistematizado (estruturas de eventos e situações) comum aos indivíduos e a Memória Episódica armazena fatos particularizados com características acidentais.

A autora acrescenta que a memória pode ser ativada por expansão, se associarmos algum item do conhecimento a outros itens surgidos de muitos pontos, simultaneamente, ou se ele tiver sua origem em linhas de pensamentos que poderão gerar inúmeras leituras, por vezes inesperadas ou não intencionadas pelo locutor.

Marcuschi (1985, p.04) agrega outras informações àquelas, até aqui obtidas, sobre a categorização da memória, afirmando que ela não é *como um repositário caótico de coisas e sim um instrumento estruturado e estruturante, com grande dinamismo e capaz de se reorganizar a todo o momento*. A memória constitui um grupo dinâmico de conhecimentos atuantes como hipóteses de trabalho e sua ativação acontece pelo *input* textual.

Ativando o conhecimento prévio atuante com todos os conhecimentos existentes na memória, possibilitaremos informações para relacionarmos as informações presentes na linearidade dos enunciados do texto às nossas informações cognitivas sobre o assunto e alcançarmos os sentidos do contexto.

As interpretações decorrentes das relações estabelecidas, entre as informações explícitas no texto e aquelas que a ele subjazem, ou as conexões estabelecidas cognitivamente e capazes de preencher os vácuos existentes no texto, recebem a denominação de inferências.

1.3 A produção de inferências

Em toda leitura, necessitaremos produzir inferências para construir os sentidos do texto, enquanto relacionamos, estratégica e cognitivamente, as informações presentes nos enunciados às informações extralingüísticas. No decorrer da produção inferencial, o leitor será auxiliado por seus conhecimentos, crenças, ideologias e experiências de vida que lhe possibilitarão estabelecer certos significados, por meio das pistas deixadas pelo autor do texto.

Para Marcuschi (2007), o ato de interpretar decorre da produção de inferências, que provêm de interpretações mentais baseadas em conhecimentos sociolingüísticos, numa atividade entendida como situada. Ao observarmos certas relações agrupadas pelas pessoas e suas representações lingüísticas, podemos inferir o processo subjacente utilizado na realização de hipóteses que situariam possíveis explicações.

Para o autor, inferência equivale à inserção de uma proposição num agrupamento de relações, de proposições possíveis de serem expressas, que visam à produção de sentidos, ou a uma atividade discursiva inserida num contexto. Inferir é explicitar o implícito ou fundamentar algo, por meio de um raciocínio elaborado numa atividade baseada no discurso e no contexto. Para significarmos, devemos inferir e as inferências produzidas, discursivamente, explicitarão o sentido obtido, numa atuação mental que impõe a ação discursiva e inferencial.

Conforme Van Dijk (1984), no discurso, há graus e níveis de complementaridade, e o nível de descrição submete-se ao tópico da conversação e aos propósitos do ato comunicativo. A descrição de ações pode remeter à

variação de complementaridade discursiva e a limites de generalização, de particularização ou de especificação que podem adquirir formas distintas, devido à omissão de certos fatos irrelevantes ao contexto conversacional.

Expõe o autor que as inferências podem ocorrer sobre a estrutura adicional de fatos já mencionados, com base no conhecimento de mundo do leitor. E, embora as seqüências de frases auxiliem a relacionar a informação, certos detalhes descritivos podem ser relativamente irrelevantes para as interpretações de proposições subseqüentes. Também pode acontecer que uma proposição implícita, para ser coerente, necessite de um conjunto de proposições explícitas e implícitas.

De acordo com Brown & Yule (1993), durante o ato de leitura, o leitor não conhece as reais intenções que o autor do texto pretendia passar ao formular o enunciado. Por isso, é normal que o leitor se apóie inferencialmente para interpretar os enunciados e as relações que eles podem estabelecer. Mas, as inferências costumam ser de diferentes tipos e pode acontecer, inclusive, que alguma inferência se mostre incorreta. Assim ocorrendo, é possível abandonar a inferência não adequada e formar outra.

As inferências são *conexões realizadas com a intenção de alcançarmos uma interpretação do lido ou do ouvido sobre o que o locutor pretende transmitir* (BROWN & YULE, 1993, p.325).

Para Koch & Travaglia (1995), a produção de inferências é decorrente da necessidade de compreender o texto, e elas devem ser produzidas com o conhecimento que o leitor possui. Quanto ao produtor do texto, as inferências

não devem sofrer limitações, pois assim permitirão a sua realização em múltiplas direções.

Segundo os autores, no decorrer da produção do discurso textual, o autor possibilita implícitos que só surgirão mediante a competência de cada leitor, segundo suas hipóteses formuladas, confirmadas ou não, e a partir de sua reconstrução ou da criação de outras. Para conseguirmos alcançar a difícil interpretação de um texto, necessitaremos de um número maior de inferências.

A produção de inferências é fundamental para que a compreensão do texto se estabeleça. Se um texto tiver grande quantidade de informação explícita, ele não solicitará do leitor grandes esforços para perceber aquilo que o texto trata, porém, ele se tornará extenso, devido à sua grande quantidade de informações. Na intenção de não estender o texto excessivamente, o autor omite certas informações que ele considera desnecessárias ou conhecidas pelo leitor.

De acordo com Koch (2005b), o leitor competente produz inferências fundamentadas nas relações estabelecidas entre as informações explícitas situadas pelo autor, no texto, e as informações textuais implícitas.

E, segundo Dell'Isola (2001), a informação mental a ser processada pelo leitor como inferência direciona-o pelos conteúdos cognitivos existentes em sua memória, e o conjunto desses registros forma a representação mental do material processado. As inferências sobre uma boa parte das informações contidas no texto são produzidas por implicação e sofrem a influência da representação mental existente na memória ou do resultado inferencial produzido no decorrer do processo de leitura.

Marcuschi (1985) entende que tratar da leitura, como um processo inferencial, é somente um dos aspectos inseridos em um conjunto de ações que abrange várias atividades cognitivas. A leitura é um ato complexo que extrapola o sentido literal, pois ela se submete a uma série de exigências de ordem semântica, pragmática, lógica e cultural, entre outras. E a produção de sentidos depende de fatores lingüísticos e extralingüísticos, o que torna o processo de leitura um processo complexo, não linear e não definitivo.

Para o autor, na vida diária, as pessoas realizam inferências inconscientes que acontecem em número maior do que as conscientes. E não é sempre que conseguimos explicar os motivos que nos direcionaram a certas conclusões ou porque inferimos aquilo que afirmamos.

Ao produzirmos um texto, devemos prever quais são os conhecimentos que o leitor possui e organizar as informações que pretendemos passar, sobretudo, quanto àquilo que é essencial no texto. E o leitor necessitará perceber as intenções do autor ou poderá distorcer-lhe o sentido. Para que isso não aconteça, as pistas fornecidas pelo autor são básicas e as inferências produzidas pelo leitor são fundamentais e o orientam na compreensão textual.

Fornecendo um Esquema Geral das Inferências, Marcuschi (1985), procura abranger os processos elaborados na reprodução de todos os textos, enquanto identifica o processo inferencial realizado pelo leitor.

Nesse esquema, encontramos as Inferências Lógicas que abrangem três grupos, estabelecidos por inferências de ordem: dedutiva, indutiva e condicional. Essas inferências têm por base, principalmente, as relações lógicas que se submetem aos valores-verdade, quando relacionamos proposições. De uso muito

comum no cotidiano, suas exemplificações em textos mostram resultados mais patentes.

As Inferências Analógico-Semânticas agrupam-se por identificação referencial, por generalização, por associações, por analogia e por (de)composições. Baseiam-se no *input* textual, no conhecimento de itens lexicais e em relações semânticas. Como as primeiras colocadas, estas também têm sua presença fortemente marcada no dia-a-dia. A respeito dessa divisão inferencial, o autor expõe a razão de sua escolha pela classificação analógica:

A analogia é a correlação entre termos de dois sistemas, de modo que podemos atribuir uma propriedade a um elemento por sua relação com outros elementos. O raciocínio analógico vai sempre do particular para o particular e não oferece garantia de verdade na conclusão. É sempre provável. Pode ir do efeito à causa e vice-versa; dos meios aos fins ou vice-versa e pode dar-se por semelhança ou comparação.

Como correlação entre termos de várias ordens ou sistemas, a analogia equivale a uma proporção de proximidade ou correspondência fundada em associações ou semelhanças. No caso da linguagem, certas analogias são feitas com base nas propriedades semânticas dos termos ou nos sentidos das sentenças (MARCUSCHI, 1985, p.08).

Os dois princípios associados, semântico-analógico, atendem aos prismas da economia e da redundância lingüística, podendo submeter-se à polissemia ou à ambigüidade.

As Inferências Pragmático-Culturais subdividem-se em conversacionais, experienciais, avaliativas e cognitivo-culturais e têm por base os conhecimentos, as experiências, as crenças, as ideologias e as axiologias particulares. De uso muito comum nas produções textuais, elas possuem, como elementos responsáveis por sua formação, a formação individual e a condição sociocultural do indivíduo.

Segundo Dell'Isola (2001), as inferências do grupo Pragmático-Cultural, proposto por Marcuschi (1985), apresentam-se no contexto pessoal do indivíduo com convicções estritamente pessoais e, sendo provenientes de um conhecimento prévio de mundo, originam-se em fatos e nos comportamentos sociais de cada sujeito. Isso nos permite verificar comportamentos semelhantes em indivíduos de um mesmo grupo social, porque as inferências são influenciadas pela cultura e pela classe social na qual o leitor se insere.

Conforme Kleiman (1989), ao concluir a leitura, o leitor não mais se recordará do conteúdo do texto em sua literalidade. Em sua memória, só restarão as inferências realizadas, no decorrer do processo de leitura.

Entretanto, o contexto é de extrema importância para a produção de inferências. Por isso, necessitamos considerá-lo na produção de sentidos.

1.3.1 A relevância do contexto no ato de inferir

De acordo com Van Dijk (1996), concebe-se o contexto no decorrer da *(inter)-ação*, quando se constroem os traços importantes do contexto e as mudanças direcionadoras de seus próximos estados.

A ativação do conhecimento prévio para a produção de inferências, segundo Trevisan (1992), impõe que ultrapassemos a sua ativação, a partir do léxico do enunciado. Na produção de inferências, devemos considerar o contexto lingüístico ou o cotexto no qual os elementos lingüísticos selecionados se situam e ativar automaticamente os elementos do conhecimento prévio que serão utilizados. E para facilitarmos a compreensão de textos ambíguos ou

polissêmicos, não podemos ignorar o contexto geral em que muitos enunciados se encontram.

Koch & Travaglia (1995) definem o *contexto lingüístico* ou *cotexto* e o *contexto de situação* como aqueles que se estabelecem socioculturalmente pelas circunstâncias. Esses contextos seriam os meios que possibilitariam a produção de inferências.

Procurando perceber as intenções do autor, a partir do *input* lingüístico, o leitor competente deverá manter-se em seu mundo de referência com seus conhecimentos anteriores, crenças e atitudes. Mas, as expressões lingüísticas podem conter forças ilocucionais que, pela distinção de seu sentido comum, exigirão que o leitor se baseie, inicialmente, no contexto de enunciação. As forças ilocucionais se estabelecem por perguntas, asserções, ordens, promessas etc. e podem utilizar performativos para provocar alterações na formulação do enunciado, da enunciação e de sua própria compreensão (KOCH, 2004a).

Também Brown & Yule (1993) procuram avaliar o contexto e explicam que os elementos do contexto lingüístico não possibilitam a percepção das inferências realmente realizadas. Para os autores, as inferências dependem do contexto específico do texto, mas localizam-se no leitor.

Mencionando o contexto como base para a produção de inferências, Marcuschi (1985) parte do *contexto de situação*, considerando-o como aquele que limita certas formulações de hipóteses, devido à situação específica que envolve o evento textual, e introduz, mais especificamente, o *contexto cognitivo*, que deve ser considerado, imprescindivelmente.

O contexto cognitivo interfere de modo significativo no processo de compreensão do leitor e abrange o seu *horizonte sócio-psíquico-cultural*. O leitor deverá atuar com esse horizonte para organizar as percepções e a sua elaboração, a fim de processar cognitivamente as informações do texto e possibilitar o surgimento de sua compreensão com seu conhecimento prévio e suas crenças.

Não podemos separar mente e corpo, pois a mente se localiza em contextos que abrangem mundos físicos, sociais e históricos, moldados pela cultura e por nossas experiências pessoais, conforme Marcuschi (2007).

Segundo Marcuschi (1985), pode ocorrer que não consigamos atingir plenamente uma explicação condizente sobre algumas de nossas conclusões, a respeito de certas combinações ou das transformações de certos elementos significantes, em certas inferências realizadas. Essa situação pode ser decorrente da organização textual que, provavelmente, estaria abrangendo a ambigüidade ou o excesso de pronominalização. Dificultando a recuperação do referente, o texto se desarticulará, mas, ele é uma unidade lingüística comunicativa e vai além de um apanhado de sentenças coerentes e coesivas. Assim, o autor explica:

O texto é uma espécie de estímulo intermediário entre autor e leitor, ambos com conhecimentos de mundo e sistemas de referência próprios. Resultado de estratégias e operações que controlam e regulam unidades morfológicas, lexicais, sintáticas e sentidos numa ocorrência comunicativa, o texto submete-se a estabilizadores internos e externos para formar uma unidade de sentido (MARCUSCHI, 1985, p.06).

Situando a noção de inferência no contexto de enunciação e no contexto cognitivo, sobre o discurso praticado, e envolvendo as máximas conversacionais e o princípio de cooperação, de Grice, estabelecemos um conceito pragmático.

Para Dell'Isola (2001), existe uma grande correlação entre os contextos *social* e *cultural* na aquisição de conhecimentos do indivíduo, inseridos na convivência de vida em grupo. O conhecimento de mundo é predominantemente social, pois o indivíduo se externaliza para construir e (re)criar o mundo, enquanto o mundo social o pressiona e o faz internalizar-se inserindo, em sua consciência, um determinado mundo sob a sua visão.

Segundo a autora, a formação da referência *cultural* ocorre por meio de convenções culturais e da comunicação que influenciam o conhecimento nos modos representativos de particularidades e das inferências alcançadas com o auxílio dessas unidades. Esquemas de uma certa cultura propiciam a compreensão e viabilizam o conhecimento específico ao leitor.

A produção das significações, nas línguas naturais, acontece mediante processos inferenciais, e a produção de inferências abrange outros conhecimentos, além daqueles envolvidos pelos elementos lingüísticos. O sentido não é simplesmente componencial ou composicional, e os discursos, lingüisticamente, são subdeterminados. *A significação surge quando relacionamos conhecimentos encapsulados em palavras situadas em contextos de uso* (MARCUSCHI, 2007, p.41).

Quando nos exprimimos de modo escrito ou oral, situamos o que expressamos de forma contextual e estabelecemos relações com estados de coisas. Dessa forma, o contexto situa-se, mais propriamente, em suposições elaboradas cognitivamente do que envolvendo o texto, física, social ou culturalmente, ou seja, são suposições elaboradas pelo leitor que abrangem certos esquemas cognitivos sobre certas situações, e isso situa o contexto como

necessário. Contudo, ele é um dos aspectos que deverão ser considerados para a compreensão do texto.

Como foi estabelecido neste capítulo, o texto, enquanto fonte de interação sociocognitiva, é o verdadeiro lugar onde se processa a interação entre o autor-texto-leitor. Na interação, todo o conhecimento presente na memória do leitor deve atuar conjuntamente para produzir inferências e sentidos. E, para a real compreensão da leitura, os contextos que abrangem o texto e o leitor são imprescindíveis.

Diante da necessidade que se estabelece na atuação do leitor com os vários processos cognitivos com os quais ele deve atuar e sentindo, muitas vezes, em nossos leitores do Ensino Médio, a ausência desses processos, acreditamos que seja necessário incluirmos, nas aulas de leitura, o ensino de estratégias que permitam alcançar a compreensão do texto, ou melhor, devemos ensinar quais são essas estratégias e como utilizá-las.

Para aplicarmos o uso das estratégias, em sala de aula, primeiramente, o professor poderá mostrar aos alunos como ele as utiliza, demonstrando os vários processos estratégicos disponíveis, que por eles podem ser utilizados, e as necessidades que a leitura requer do leitor. A seguir, julgamos importante o estímulo do professor e a devida orientação aos estudantes, a fim de que eles realizem, sozinhos, seus mecanismos mentais.

No entanto, há que se destacar que a leitura exige uma certa concentração para que o leitor possa observar as marcas presentes no texto e utilizá-las mentalmente, como meio eficaz para alcançar as viáveis intenções do autor. Se

não houver o processamento cognitivo, as informações mencionadas no cotexto não auxiliarão o aluno na compreensão da leitura.

O autor, no momento da produção do texto, pronuncia-se com os objetos pertencentes ao mundo textual que ele pretende representar. Em seu discurso, esses objetos serão trabalhados ativamente, por meio da (re)construção, (re)ativação ou ainda da desativação, e isso permitirá o surgimento de novas rotulações no texto.

Esse processo denominado referenciação e a progressão referencial produzida no texto apresentam o mundo construído pelo autor e são importantes meios auxiliares para a produção de inferências e de sentidos, pelo leitor, o que será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2. A referenciação e a (re)construção dos objetos-de-discurso

Neste capítulo, objetivamos estabelecer uma base teórica pertinente à referenciação, a fim de fundamentarmos a análise que realizaremos no terceiro capítulo. A nossa escolha se justifica devido a entendermos a referenciação como os vários modos de que dispomos para introduzir novos referentes ou para expandir o mesmo referente no texto e como a mesma, realizando-se no processo discursivo, auxilia na produção de sentidos.

Dirigidos por essa finalidade, seguimos os estudos realizados por Koch (2004b) sobre a referenciação e a progressão referencial que são consideradas as responsáveis pela (re)construção de objetos-de-discurso, cuja finalidade é (re)construir a realidade lingüística e extralingüística, no decorrer da interação.

A língua se estabelece na utilização que dela fazem os sujeitos sociais, no decorrer de seus discursos e numa atuação que abrange as percepções dos indivíduos e seus conhecimentos lingüísticos ou sociocognitivos. E os conhecimentos do leitor competente, por serem dinâmicos, lhe permitem designar os muitos objetos surgidos nas diversas situações ao seu redor.

Marcuschi (2007) explica a representação referencial como sendo uma entidade mental utilizada sob certa intenção para criar a significação, à parte de ser uma prática consciente. E ela pode ser entendida como conhecimento exteriorizado, pois o conhecimento estaria sob a influência do meio-ambiente, da percepção, da cultura e da ação social.

Segundo o autor, o processo de referenciação é o centro que elabora o conhecimento experiencial e a referência é realizada e transmitida no discurso e na interação, para tornar-se criativa. Ocupando um lugar central na aquisição da língua, ela abrange todas as ações lingüísticas.

Referência e inferência são muito próximas e, por vezes, é difícil distingui-las. Ao produzirmos significação agimos direcionados coletivamente, mas isso não se estabelece unicamente por condicionamentos internos ou autonomamente. Expressamos o mundo articulando inferencialmente, por meio de categorias ou conceitos, conforme Marcuschi (2007).

Segundo Mondada & Dubois (2003), os sujeitos compreendem o mundo, por meio de objetos-de-discurso e de categorias que não possuem uma existência anterior e nem são dados. Sua elaboração se dá nas atividades discursivas realizadas pelos sujeitos e sofrem transformações ao submeterem-se a ações contextuais.

Na referenciação, as categorias e os objetos-de-discurso manifestam-se na instabilidade que os constituem, o que pode ser comprovado nos processos cognitivos realizados e fundamentados nas práticas, em atividades verbais e não-verbais, e nas negociações produzidas na interação. Essa instabilidade está ligada aos objetos-de-discurso, às práticas, às propriedades negociadas intersubjetivamente, às denominações e às categorizações, no decorrer da referenciação.

As categorizações sociais, em sua variação, situam as várias possibilidades existentes de categorias para identificarmos uma pessoa, o que permite colocar as categorizações *como processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, por meio de mediações semióticas complexas* (MONDADA & DUBOIS, 2003, p.22).

De acordo com Koch (2004b), as categorias são abrangentes, suscetíveis a mudanças e suas alterações acontecem sincrônica e diacronicamente, até que se

fixem normativa e historicamente. Recorrendo a Mondada & Dubois (1995), a autora situa as variações existentes no discurso, mais especificamente, na pragmática da enunciação do que, propriamente, na semântica dos objetos.

Utilizando os objetos-de-discurso e as categorias, teremos inúmeras possibilidades de atuar sobre os fatos e sobre a realidade nomeada pelos objetos, mas essa atuação poderá variar entre os diversos leitores, conforme as condições próprias de cada ser e da cultura em que ele se insere.

Ainda conforme Koch (2004b), nas categorias, há elementos mais centrais e outros mais descentralizados. Os núcleos de cada categoria são seus *protótipos* e sua atuação ocorre em sua estabilização, no decorrer do discurso. Inicialmente, os *protótipos* são unidades lingüísticas discretas que podem aceitar a sua descontextualização, segundo os paradigmas lingüísticos que o sujeito possui para torná-los constantes no contexto.

Nomeado pela língua, o protótipo é partilhado entre indivíduos e alcança a estabilização ao definir-se em certo grupo social. Estabilizando-se, o protótipo passa a ser um estereótipo, devido à representação coletiva que lhe é outorgada numa aproximação com os modelos sociocognitivos, como os *frames* e os *scripts*, entre outros. Compete às categorias de nível básico situar os objetos como elementares para certos conceitos abstratos que lhes imputamos, por meio de nossa percepção e atuação.

Marcuschi (2007) situa o protótipo natural ou a categoria pura como sendo irreal e explica que, geralmente, quando nomeamos, o fazemos com nomes de uso social e discursivo comum nas sociedades em que eles são utilizados.

Analisando a constituição das categorias, nota-se sua maior semelhança com modelos sociais do que mentais, pois as categorias são construídas socialmente.

Segundo Fávero (2004), a referência é *um primeiro grau de abstração*. Por seu intermédio, relacionamos um signo lingüístico a um objeto constituído extralingüisticamente. O leitor, sob a percepção que a sua cultura lhe possibilita, refere-se a algo compreendido como fundamental à sua interpretação. Nos itens lingüísticos que referem, a interpretação semântica não provém de seu sentido específico.

Esclarece Marcuschi (2007) que, classicamente, entende-se a referência como uma relação entre uma expressão lingüística e o mundo. Mas, como uma representação referencial, ela é uma entidade mental. Ao ser utilizada para manifestarmos alguma intenção, seja ela consciente ou não, nos permite formar a significação. E a significação é o conhecimento exteriorizado, proveniente da influência recebida do meio-ambiente, da percepção, da cultura e da ação social.

Para o autor, a referência é uma ação conjunta, colaborativa e situada. E a referenciação é um ato de construção que utiliza a criatividade, mediante um processo interativo situado em importantes contextos sociais e culturais, com a sua mediação ocorrendo pelo uso da língua.

De acordo com Koch (2005a), a filosofia da linguagem situa a referência como uma representação do mundo que verbaliza o referente. Nela, a forma lingüística utilizada sofre a avaliação quanto à verdade e à correspondência com o mundo. E a referenciação é uma atividade discursiva que acontece na interação verbal, surge devido à falta de adequação das categorias lexicais disponíveis e atua com o conhecimento lingüístico que o sujeito possui para formar certas

seleções significativas que representarão estados de coisas e possibilitarão a concretização de uma proposta de sentido.

Assim, teríamos uma diferenciação entre o processo de referência e o processo de referenciação, e isso os situaria como processos distintos. Na referência podemos retomar um item de forma referencial ou correferencial para designarmos o mesmo referente entre duas expressões do discurso. Na referenciação, o referente pode não se situar no texto e, nesse caso, ele seria designado por uma expressão que o envolve.

Para a autora, os objetos-de-discurso (re)constroem a realidade extralingüística, mantendo-a e alterando-a pela nomeação que damos ao mundo e, sobretudo, pela forma sociocognitiva como agimos com esse mundo. Os objetos são a entidade que nomeamos e, quando os inserimos na prática social, nós os transformamos e os reconstruímos discursivamente, tornando-os referentes e situando-os como realidade, na interação.

A língua não é um *sistema de etiquetas* colocado num ajuste aproximado às coisas. Por isso, Mondada & Dubois (2003, p.17) esclarecem que atuamos por meio de objetos-de-discurso e de categorias, visando à compreensão do mundo ao nosso redor, numa elaboração do objeto, discursiva e cognitivamente:

Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação.

De acordo com as autoras, os modelos de mundo são móveis e neles temos as percepções do indivíduo e seus conhecimentos lingüísticos ou sociocognitivos inseridos e intervindo na língua, e nos eventos discursivos para que ela possa

existir. Na referenciação, temos os objetos em sua existência discursiva mostrando atuações *simbólicas* e *intersubjetivas*.

A referenciação, como atividade discursiva, situa múltiplas relações que se movimentam entre palavras e coisas, ou seja, os objetos-de-discurso. Reconhecê-los implica aceitar que construímos categorias flexíveis e mutáveis, por meio de intrincados processos que categorizam e produzem certas categorias fortemente memorizadas e lexicalizadas (MONDADA & DUBOIS, 2003).

No decorrer do discurso, a referenciação impõe a atuação do sujeito com seus recursos lingüísticos para selecionar, significativamente, certos estados de coisas, enquanto ele tem a intenção de dizer algo. E para que o sujeito atue, a referenciação utiliza algumas estratégias que nos permitem manipular o objeto-de-discurso e destacá-lo no texto.

2.1 As estratégias que atuam na referenciação

Conforme Koch (2004b), os objetos-de-discurso e a realidade extralingüística não são equivalentes à realidade extralingüística (re)construída cognitivamente, no decorrer da interação com o mundo físico, social e cultural ao nosso redor. Quando produzimos seus implícitos, nós os incorporamos em nossa memória discursiva com seus conteúdos lingüísticos validados.

Na formação da memória discursiva, segundo a autora, encontramos certas estratégias que são fundamentais para produzirmos a referenciação. Essas estratégias atuam, por meio da (re)construção do objeto-de-discurso, no decorrer do ato discursivo.

A referenciação ocorre estrategicamente com a construção ou a ativação do objeto-de-discurso, quando introduzimos um objeto novo para preencher o nóculo ou endereço cognitivo que se localiza na rede de conceitos do modelo de mundo textual. A expressão lingüística desse nóculo assume o foco na memória de trabalho e permite o destaque do objeto no modelo.

No entanto, as estratégias também podem atuar, por meio da reconstrução ou da reativação dos objetos, quando reintroduzimos um nóculo da memória discursiva na memória operacional com uma forma referencial. Assim atuando, destacamos o objeto-de-discurso sem afastarmos o nóculo do foco.

E a referenciação ainda pode apresentar-se com a estratégia da desfocalização ou desativação, quando introduzimos um objeto-de-discurso novo no foco sem perdermos o objeto retirado, pois ele permanece parcialmente ativado e disponível para uso imediato na memória dos interlocutores.

Sobre essas estratégias, Koch & Elias (2006, p.126), expõem que:

referentes já existentes podem ser, a qualquer momento, modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, vai-se criando na memória do leitor ou do ouvinte uma representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente.

Com a constante repetição das estratégias, o modelo textual poderá estabilizar-se, porém, com novas referenciações, ele será reconstruído, a partir de outras categorizações e/ou avaliações sobre o referente.

E, de acordo com Koch (2004b), na referenciação temos processos de construção de referentes textuais de dois tipos. A diferença entre eles surge na forma como introduzimos ou ativamos o objeto-de-discurso.

Na forma não-ancorada, introduzimos um objeto-de-discurso ainda não mencionado para ocupar um *endereço cognitivo* na memória do interlocutor. Quando a introdução do objeto-de-discurso se processar, por meio de uma expressão nominal, teremos uma categorização do referente.

Na forma ancorada, segundo Koch (2004b), um novo objeto-de-discurso é ativado como dado e associado a elementos co-textuais ou do contexto sociocognitivo, mas o objeto se subordinará a alguma associação ou inferência.

E, inserida na forma ancorada de introdução de referentes textuais, encontramos a anáfora que atua na produção estratégica da progressão referencial com a categorização de referentes.

2.2 As anáforas na ativação ancorada, a progressão referencial e suas estratégias

Segundo Koch & Elias (2006), a anáfora é o mecanismo lingüístico que possibilita remetermos para adiante ou para trás certos itens textuais ou certos elementos possíveis de serem inferidos no texto. Essa remissão geralmente acontece para trás ou anaforicamente. Sendo remissíveis para adiante ou cataforicamente, teremos uma catáfora. Neste trabalho, trataremos especificamente das anáforas.

Conforme Koch (2004b), inseridos na ativação ancorada, encontramos dois tipos de anáforas, ou seja, as anáforas associativas e as anáforas indiretas. Para a autora, as anáforas associativas integram metonimicamente seus elementos, como se um elemento fosse um *ingrediente* pertencente a outro, ou

como um elemento que se insere em outro quando, por meio de uma relação metonímica entre eles, de alguma maneira, um deles é uma das partes desse outro elemento.

Fávero (2004) explica que os hipônimos (relação parte-todo ou elemento-classe) possibilitam ao leitor a elaboração de relações mais exatas, o que não ocorre com os hiperônimos (relação todo-parte ou classe-elemento). Isso se justifica com o estreitamento do conceito que inviabiliza a realização da anáfora.

As anáforas indiretas, para Koch & Elias (2006), não possuem um antecedente declarado cotextualmente. Esse antecedente, nas anáforas indiretas, se estabelece por relação ou por meio de uma âncora que fundamenta a interpretação.

A formação das cadeias referenciais ou coesivas, realizadoras da progressão referencial do texto, compete à reconstrução do objeto-de-discurso, cuja finalidade é manter em foco, no modelo textual, os objetos previamente introduzidos no modelo do discurso. E a progressão referencial pode ocorrer com recursos gramaticais, como pronomes, elipses, numerais etc, e com recursos lexicais, tais como reiteração lexical, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais, entre outros.

Mas o texto também pode conter uma progressão referencial inserida numa forma multilinear e não direta, pois, *mesmo inexistindo um vínculo coerente de retomada direta entre anáfora indireta e o co-texto, persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão*, segundo Marcuschi (2005, p.54).

De acordo com o autor, assim se possibilita a anaforização, vista como a estratégia que permite a manutenção de certos itens referenciais auxiliares na construção dos sentidos do texto ou como um processo *de reativação de referentes prévios*.

Segundo Koch (2004b), com a anáfora nos possibilitando a manutenção dos objetos no foco do texto, encontramos algumas estratégias de referenciação textual que podem atuar *pelo uso de pronomes* ou *por pronominalização* de elementos cotextuais, anafóricas ou catafóricas, sem que necessitemos utilizar um referente cotextual explícito, em textos orais ou com menos formalidade.

E sua atuação anafórica também pode ocorrer *pelo uso de expressões nominais definidas*, lingüisticamente constituídas com, pelo menos, um definido acompanhado de um nome. Essas expressões, via de regra, recategorizam os objetos-de-discurso, ou seja, os reconstroem numa forma específica. Para recategorizar os referentes encontramos duas formas, entendidas como *descrições definidas* e *formas nominalizadas* ou *nominalizações*.

As descrições nominais definidas selecionam propriedades reais e situadas co(n)textualmente ou aquelas estabelecidas pela intenção do locutor, entre as várias características de um referente. Percebendo-as como relevantes aos seus objetivos, o locutor as insere numa situação interativa e contextual, na intenção de promover a ativação do objeto.

Quanto à nominalização, Koch (2004b) a esclarece como sendo uma atividade discursiva que seleciona certas propriedades do referente e se estabelece no co(n)texto, podendo situar-se na intencionalidade do locutor, se ele a considerar importante aos seus objetivos. Em sua construção, utilizamos

lexemas ou substantivos predicativos, vistos como nomes-núcleos dessa construção que podem ser acompanhados por determinante e por modificador. Remetendo às partes textuais inteiras, as nominalizações encapsulam ou sumarizam as informações-suporte, precedentes ou subseqüentes, e atuam com expressões nominais que nomeiam estados, fatos, eventos ou atividades, entre outros, enquanto posicionam novos referentes.

Segundo Koch (2005a), uma das funções textual-interativas específicas das descrições ou das formas nominais é a de atribuir certas orientações argumentativas coerentes à proposta pretendida pelo seu produtor, aos seus enunciados e ao texto, entendido globalmente.

As remissões textuais e, sobretudo, as produzidas por descrições nominais (re)categorizadoras de referentes, impõem ao produtor do texto uma escolha entre as várias formas de caracterizar ou de salientar certos traços do referente, comuns entre ele, autor, e o leitor. Essas características permitirão que o leitor forme uma certa construção de sentidos, sob dada visão.

Expõe a autora que, assim, o leitor poderá apreender informações textuais relevantes sobre opiniões, crenças e atitudes situadas pelo produtor do texto para auxiliá-lo a construir os seus sentidos. Com uma descrição definida como informação dada, o autor também poderá dar a conhecer ao leitor certas intenções que ele entende como sendo desconhecidas pelo leitor. E as expressões nominais costumam (re)construir os objetos sob os interesses de seu produtor e um sintagma nominal definido pode referir sem ligar-se ao contexto.

Acrescenta Marcuschi (2005) que um termo, nome ou sintagma definido, tem autonomia referencial. Por isso, ele pode referir sem que haja a

obrigatoriedade de considerar-se o contexto do texto. Entretanto, isso é inviável com artigos e pronomes, pois neles não há essa autonomia referencial.

E, de acordo com Koch (2004b), a referência também pode acontecer, por meio de estratégias de referência textual que atuam utilizando expressões nominais indefinidas.

Nas estratégias de referência, utilizamos um número maior de anáforas do que de catáforas. É mais fácil retomarmos o objeto-de-discurso, anaforicamente, do que atuarmos com sua reconstrução catafórica, quando ele, inicialmente, situaria um elemento para, posteriormente, remetê-lo ao objeto-de-discurso que ainda seria inserido no texto.

Na análise que realizaremos, trabalharemos com a anáfora indireta, pois consideramos que, sendo basicamente inferencial, ela solicita um maior processamento cognitivo do leitor para que ele consiga estabelecer os sentidos do texto, sem desconsiderar o contexto textual.

2.2.1 As anáforas indiretas, suas características, tipos e subtipos

Para caracterizarmos a anáfora indireta, tomamos por base os estudos realizados por Marcuschi (2005) que a posiciona como uma estratégia endofórica ou textual, cuja função é ativar referentes novos no texto. Ativando novos objetos-de-discurso, a anáfora age na formação da progressão referencial, enquanto mantém o objeto-de-discurso em foco, no modelo de mundo textual.

Devido ao processo que a anáfora indireta realiza, a entendemos como a estratégia que constitui a progressão referencial e, pela própria progressão referencial, é autorizada.

A anáfora, segundo Marcuschi (2005), pode ativar referentes ainda não situados no contexto, num processo de referenciação implícita estabelecida por processos sociocognitivos realizados pelos interlocutores, e pede um processamento local. E, ainda que sendo implícita, nada impede que ela seja interpretada como *conhecida*, pois sua ancoragem pode acontecer cognitivamente, por meio de alguma expressão nominal que a antecede para estabelecer uma continuidade temática coerente.

Para o autor, as anáforas indiretas contrariam as diretas, que reativam referentes prévios e impõem uma relação co-referencial entre anafórico e seu antecedente, como se houvesse uma substituição.

De acordo com Marcuschi (2005), as anáforas indiretas se realizam por meio de uma referência textual, o que implica no ato de construir, de induzir ou de ativar referentes num processo textual-discursivo, mas esse processo solicita o tento cognitivo dos interlocutores. Não necessitando de congruência morfossintática com seu antecedente ou da reativação de referentes anteriormente situados, elas podem ancorar em domínios cognitivos. E, nem todas as anáforas são interpretadas contextualmente, numa mera atribuição de referentes.

Não temos categorias de palavras estabelecidas como sendo de função anafórica, posto que a anáfora é *um fenômeno de semântica textual de natureza*

inferencial e não um simples processo de clonagem referencial, conforme Marcuschi (2005, p.55).

Caracterizar as anáforas indiretas implica um fenômeno complexo, uma vez que são necessárias definições e distinções que não estão bem estabelecidas. E distinguirmos entre um contexto textual e um contexto extratextual também é algo difícil, devido à dificuldade existente em definir seus limites. As anáforas podem acontecer de formas diferenciadas e em condições diversas. E *toda a anáfora é inferencial*, segundo Kleiber, Schnedecker & Ujma (*apud* Marcuschi 2005, p.56).

Segundo Marcuschi (2005), com a anáfora indireta estabelecendo-se por meio de sintagmas nominais definidos, indefinidos ou de formas pronominais que visam a uma relação referencial global e à ativação de novos referentes, ela não co-refere e nem retoma, mas, ativa novos referentes. Ancorando-se no universo do texto, ela pode ativar a informação nova (rema) ou reconstruir a informação velha (tema).

Quanto às características da anáfora indireta, o autor explica que:

- a) ela não possui expressão antecedente ou subsequente explícita que retome e nem necessita de alguma âncora que seja fundamental para a sua interpretação;
- b) ela não mantém co-referência com sua âncora, o que lhe permite um relacionamento conceitual;
- c) ela permite que o receptor construa o referente ou o conteúdo conceitual para interpretar sem procurar ou reativar referentes prévios;

d) ela se realiza, normalmente, de modo não pronominal, pois a ocorrência pronominal é incomum.

Conforme o proposto por Schwartz (*apud* Marcuschi, 2005), nas anáforas indiretas encontramos dois tipos básicos que nos permitem perceber a relação existente entre a anáfora e a sua âncora. Os casos dos tipos semanticamente fundados necessitam de estratégias cognitivas de base em conhecimentos semânticos sobre o léxico e ligam-se com papéis semânticos. E os casos dos tipos conceitualmente fundados necessitam de estratégias cognitivas de base em conhecimentos conceituais sobre modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos, de maior ligação com o modelo de mundo textual do co(n)texto e com processos inferenciais gerais.

Nesses dois tipos, ainda encontramos alguns subtipos de anáforas indiretas, segundo Marcuschi (2005):

- a) *com base em papéis temáticos dos verbos* que serão preenchidos por algum item lexical que cumpre um papel temático implícito no uso do verbo;
- b) *com base em relações semânticas inscritas nos SNs definidos* e ancoradas em relações meronímicas (parte-todo¹) e, em menor proporção, em relações hiponímicas e hiperonímicas e campos lexicais, que podem ser facilmente notados como construtores de cadeias referenciais dos sintagmas definidos;

¹ Para Marcuschi (1999), a relação parte-todo situa uma inclusão imprescindível e, em casos normais, uma inferenciação obrigatória.

Sobre as relações meronímicas, o autor recorre a Cruse (1986:157-180) situando-as como relações lexicais e não conceituais, pois se referem a relações parte-todo como *janela/vidraça*. Explica que *uma parede tem janela*, mas não é possível afirmarmos que *uma parede tem uma vidraça*. Assim, uma meronímia deve situar-se como *X é parte de Y* e *Y tem X*.

O autor ainda esclarece que as relações hiperonímicas abrangem uma inclusão hierarquizante e não obrigatoriamente do tipo parte-todo, devido a categorizações que podem obedecer a critérios culturais.

- c) *com base em esquemas cognitivos e modelos mentais*, ancoradas em representações conceituais ou em relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais, como sendo focos implícitos da memória de longo prazo;
- d) *com base em inferências ancoradas nas informações explicitadas no modelo do mundo textual* que precede. Estabelecem-se em conhecimentos retrabalhados com estratégias inferenciais ampliadas pelo total de conhecimentos textuais utilizados e requerem um maior trabalho cognitivo;
- e) *com base em elementos textuais ativados por nominalizações*. Normalmente, essas anáforas relacionam-se diretamente com algum verbo e lhe mantém o étimo ou, ainda, com nominalizações de partes textuais globais.

E, finalizando sua relação de subtipos de anáforas indiretas, Marcuschi (2005) insere um último subtipo:

- f) anáforas indiretas *esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes* que não retomam referentes anteriores, mas ativam novos referentes baseados em elementos prévios do discurso.

Entretanto, convém situarmos algumas colocações, sobre alguns dos casos anteriormente mencionados:

- as anáforas indiretas *com base em relações semânticas inscritas nos SNs definidos* (b) também podem ser entendidas como as anáforas associativas que se estabelecem por relações metonímicas, com um elemento constituindo-se *ingrediente* de outro elemento, situadas por Koch (2004b).

- as anáforas indiretas *com base em esquemas cognitivos e modelos mentais* (c) relacionam-se por alguma forma associativa² e, mais comumente, com o léxico do que com conhecimentos semânticos meronímicos, mas a sua compreensão poderá sofrer a influência da cultura na qual o referente ativado se insere.

Os limites entre os conhecimentos conceituais existentes na memória e os conhecimentos semânticos são muito sutis e não possuem um sistema processado naturalmente. Nessas anáforas, não necessitamos ligar os modelos mentais e os itens lexicais, porém os modelos podem ser ativados pelo léxico do texto, segundo Marcuschi (2005).

- as anáforas *com base em elementos textuais ativados por nominalizações* (e), conforme Marcuschi (2005), quando seguidas, situarão forças ilocutórias marcantes. Essas anáforas não retomam e nem referem, por isso não pontualizam algum item específico e, por vezes, caracterizam-se como um processo de nominalização que abrange o tópico globalmente.

- as anáforas *esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes* (f), conforme Marcuschi (2005), ancoram a sua interpretação e determinação referencial em algum item lexical, previamente estabelecido no discurso, que sofrerá a confirmação por algum item precedente ou cataforicamente. Com os pronomes, a ancoragem se faz necessária, pois eles não têm autonomia referencial.

² Marcuschi (1999) explica o termo relação como aquele que é usado na identificação da diversidade de conexões existentes, por meio de associações, analogias, correlações, hiper- e hiponímias, meronímias, antonímias, sinonímias, entre outras, quando cada uma delas satisfaz condições semânticas, lexicais e cognitivas. Para o autor, a associação, como princípio central da referenciação e da progressão textual, é um tipo especial com base em ligações estabelecidas entre espaços cognitivos designados lexicalmente.

Exemplifica com *casa-telhado* que não pertence, necessariamente, ao tipo *parte-todo*, pois, em certas culturas, temos casas que não têm telhados, como no caso de um iglu.

Segundo Halliday & Hasan (*apud* Marcuschi, 2005), os pronomes dêíticos são de *referência exofórica*, situacional ou extratextual, enquanto seu uso anafórico é de referência *endofórica* ou textual. Assim sendo, os pronomes demonstrativos, os de primeira pessoa e os de segunda pessoa são dêíticos e os pronomes de terceira pessoa são anafóricos ou catafóricos.

Esclarece Apothéloz (2003) que um referente denominado explicitamente tem sua categorização lexical estabelecida de forma explícita. Assim, toda designação estabelecida por um pronome pessoal deverá pressupor a categorização lexical. Se o pronome não possuir um antecedente, o decodificador provavelmente o construirá.

Segundo Marcuschi (2001), as anáforas esquemáticas possuem características diversas e atendem a aspectos específicos de morfossintaxe, semântica, cognição e pragmática. Dessa forma, este caso anafórico torna-se próprio do funcionamento discursivo, numa ligação básica com a enunciação.

Quanto às características dessas anáforas, elas não têm um antecedente explícito no contexto; não são correferenciais e nem de continuidade linear; não apresentam congruência morfológica com algum item do cotexto; são inferenciais, porém não são logicamente inferidas, e referem uma pluralidade indeterminada, além de introduzirem elementos novos como informação dada.

Para o autor, este caso anafórico insere-se, especificamente, na referência textual; constrói a referência com pronomes de terceira pessoa, sem antecedente explícito no cotexto, e sua explicação ocorre com uma fundamentação cognitiva e pragmática e não por meio do código. Essas anáforas

não se submetem às condições de verdade dos enunciados, mas a uma situação discursiva da enunciação que desencadeia um processo inferencial interpretativo.

O pronome que nelas atua, geralmente, tem sua flexão no plural, na forma masculina e sua característica é referencial coletiva, numa referência indireta. Via de regra, esse pronome situa uma pessoa ou ser animado, o que justifica sua denominação de ‘pessoa gregária’, segundo Kleiber (1994, p.169 *apud* Marcuschi, 2001).

O pronome de terceira pessoa, utilizado por essas anáforas, não estabelece uma relação com o *nós* ou *a gente*, como plurais genéricos, pois essa categoria anafórica sugere coletividade de indivíduos distintos, e não genericamente como ocorre com um indefinido. Relaciona-se com o cotexto antecedente e possui uma conformação interpretativa posterior. E podem acontecer certos casos em que o pronome sofra a flexão em gênero e número.

E, de acordo com Koch & Marcuschi (1998), a estratégia de referenciação que recupera referentes sem utilizar algum elemento referencial antecedente, cotextualmente explícito, normalmente ocorre na fala, salvo nos gêneros escritos que se aproximam da fala.

Essas anáforas utilizam pronomes que são objetos-de-discurso originados na organização do tópico do discurso, particularizadamente, e em cada momento. Nelas não temos um antecedente textual, mas um ponto cognitivo ou cultural que causa uma relação. E o pronome anafórico pode referir e não correferir, pois seu referente pode ser construído discursiva e cognitivamente.

Para os autores, fatos e fenômenos aproximam-se das necessidades ou das realidades discursivas, porém, não é sempre que os fenômenos discursivos se

identificam com os fenômenos do mundo. *No interior do discurso, a progressão referencial se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, através do recurso a uma ampla gama de processos de referenciação*, segundo Koch & Marcuschi (1998, p.28).

Marcuschi (2005) acrescenta às informações, até aqui obtidas, que também podem ser utilizadas pró-formas adverbiais com a função de introduzir referentes, embora sua compreensão nem sempre seja fácil e sua aceitabilidade ocorra de forma variável e não homogeneamente.

Para melhor compreensão dos tipos e subtipos de anáforas indiretas, o autor expõe o *Continuum Anafórico* que situa as anáforas indiretas em três tipos, conforme Schwarz (*apud* Marcuschi, 2005), com algumas modificações e ampliações que foram elaboradas sobre o seu original.

As anáforas indiretas do tipo semântico sofrem sua ancoragem com base no léxico do texto; as anáforas do tipo conceitual têm sua ancoragem com base em conhecimento de mundo, e as anáforas do tipo cognitivo, processual ou inferencial, realizam sua ancoragem com base em inferências fundamentadas no texto. Os subtipos das anáforas indiretas estabelecem-se por papéis temáticos dos verbos; por sintagmas nominais definidos; por esquemas cognitivos; por conhecimentos textuais; por nominalizações, e por pronomes que introduzem referentes.

Geralmente, as anáforas de ancoragem textual possuem um vínculo maior com as inferências, embora todas elas provenham de alguma forma inferencial. Nos tipos anafóricos mencionados, o papel da memória e os processos operacionais de conhecimentos são básicos e, na textualização, ao envolvermos

os processos de estratégias inferenciais, utilizamos o universo referencial produzindo um encadeamento não linear com os elementos envolvidos.

Prosseguindo com Marcuschi (2005), as soluções cognitivas de anáforas indiretas, quase sempre ocorrem em tempo real (*on-line*), mas pode acontecer que uma âncora adequada seja insuficiente para solucioná-las; que uma relação razoável com o modelo de mundo textual utilizado não alcance a melhor interpretação para atribuir o referente, ou algum caso em que tenhamos várias âncoras possíveis ou ambigüidades plausíveis à compreensão. Sendo assim, apenas uma fará a ancoragem.

Quanto ao modelo de mundo textual evocado para atribuir referentes, pode aparecer uma relação viável, mas imprópria ou não suficiente para interpretar adequadamente.

E o foco de atenção, para o processamento da anáfora indireta, deverá situar-se na mesma linha tópica ou a ancoragem que se realizará poderá ser incompreensível. Por isso, o domínio cognitivo que ancora essas anáforas deverá ser apropriado. Não havendo uma solução para o problema, pelo domínio cognitivo utilizado, o mais indicado será adequar a seqüência temática com base na organização que a situa.

Conforme nos propusemos, neste capítulo, posicionamos a referenciação e a progressão referencial, as estratégias atuantes na referenciação e as estratégias referenciais textuais, e a (re)ativação ancorada de referentes, por meio das anáforas indiretas. Entre as anáforas indiretas, na análise do texto do *corpus*, utilizaremos aquelas cuja base se estabelece em elementos textuais ativados por nominalizações.

Entendemos que esse subtipo de anáforas indiretas, visto como elemento referencial, bem como o conhecimento prévio que abrange os demais conhecimentos, por nós estudados, atendem aos nossos propósitos quanto à produção de inferências para estabelecermos o sentido do texto e a compreensão da leitura.

No próximo capítulo, procedemos à análise do texto selecionado, à luz dos aspectos teóricos estudados no primeiro e segundo capítulos, deste trabalho.

CAPÍTULO III

3. O conhecimento prévio e a referenciação em atividade de leitura

O objetivo deste capítulo, como já explicitado, é o de analisar, à luz dos princípios teóricos tratados no primeiro e no segundo capítulos, desta dissertação, o conhecimento prévio necessário à produção de inferências para alcançarmos a compreensão do texto selecionado e o processo de referenciação, nele existente, para a construção de seus sentidos.

Para assim procedermos, apresentamos um texto de autoria de Machado de Assis, intitulado *Crônica publicada no Jornal Gazeta de Notícias em 19 de maio de 1888*, procurando situá-lo em seu contexto.

A escolha desse autor se justifica devido à importância de suas obras, que devem de ser muito requisitadas nas práticas de leitura de alunos do Ensino Médio, sobretudo considerando-se o modo como ele situa certas informações implícitas. Para melhor entendê-lo, o leitor deverá refletir e interpretar, e isso solicita a produção de inferências.

Com respeito à seleção do texto, justificamos nossa opção devido a considerá-lo como um texto que solicita, do leitor, a ativação de certos elementos do conhecimento prévio, relacionados com o contexto de produção do texto, e também permite o trabalho, em sala de aula, por meio de análises de circunstâncias e atividades de leitura.

Procederemos à análise do texto selecionado, orientando-nos pelas seguintes categorias de análise:

- 1) O conhecimento prévio para a produção de inferências;
- 2) A referenciação para a produção de sentidos.

No **item 1**, selecionamos para a análise:

- o conhecimento sobre o autor e o contexto sócio-histórico para a produção de inferências;
- o conhecimento sobre o contexto de produção do texto para a produção de inferências;
- o conhecimento sobre o léxico do texto e a força ilocucionária para a produção de inferências.

No **item 2**, selecionamos para a análise:

- as anáforas indiretas ancoradas com base em itens lexicais ativados por nominalizações para a produção de sentidos.

3.1 O conhecimento sobre o autor e o contexto sócio-histórico para a produção de inferências

Iniciando a análise do texto, consideramos que conhecer a biografia de Machado de Assis não é suficiente para entendermos o seu texto, pois ela não nos esclarecerá a sua forma de pensar acerca da sociedade da época. Por essa razão, ultrapassaremos os dados biográficos do escritor para conhecermos as situações sociais da época, a maneira de pensar dessa sociedade e a sua forma de ação, nas palavras do próprio escritor, por meio de seus escritos. Assim, esperamos alcançar uma melhor compreensão quanto às colocações do autor, no texto. Complementando as informações obtidas nas produções textuais de

Machado de Assis, também recorreremos a algumas opiniões de autores que estudaram a vida do escritor.

Ao tratar do início da série de crônicas intitulada *Bons dias!*, de autoria de Machado de Assis, Cardoso (1992) afirma que essas crônicas possuem como características a etiqueta e a cronologia. Seu autor primava por sua educação, situava-se como um exemplo de boas maneiras, e sempre iniciava seus textos com ‘bons dias’, despedindo-se com ‘boas noites’. Na primeira crônica dessa série, Machado de Assis apresenta-se ao público leitor:

Eu sou um pobre relojoeiro que, **cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício**. E, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre: é mais fácil e vexa menos (ASSIS *Apud* CARDOSO, 1992, p.140). (grifo nosso)

Com essa declaração, podemos observar que o autor utilizou uma metáfora para explicar o motivo pelo qual ele escrevia. Com a produção dos textos, ele levaria o leitor a refletir sobre certas situações sociais, não se envolveria diretamente com certos problemas e utilizaria outros meios para persuadir, mostrando-se respeitador e usando de extrema educação. Entendemos que, na visão de Machado de Assis, a sociedade da época atuava e pensava de forma desigual. Como escritor, o que ele escrevesse ganharia importância e agiria sobre o leitor, uma vez que o texto é construtor de sujeitos atuantes na sociedade.

Na penúltima crônica de Machado de Assis, publicada em 28 de fevereiro de 1897, podemos perceber como ele situava a necessidade que temos de adaptar-nos às mais diversas circunstâncias, conforme descrito a seguir:

A morte do sineiro da Glória, João, ex-escravo, liberto que continuou no mesmo ofício após a lei da abolição. “João dobrava o sino enquanto os partidos subiam ou caíam (...) Quando se decretou livre o

ventre das escravas, João é que repicou. Quando se fez a abolição completa, quem repicou foi João. Um dia **proclamou-se a República, João repicou por ela, e repicaria pelo Império se o Império tornasse.**

Não lhe atribuas inconsistência de opiniões; era o ofício (ASSIS *Apud* BRAYNER, 1992, p.433). (grifo nosso)

As palavras de Machado de Assis nos permitem entender que a sua vida era regida pelo seu ofício ou pela sua atuação como escritor que deveria comentar os acontecimentos e o momento. Em seus comentários, ele demonstrava certas situações, visando às alterações de comportamentos e, em sua aparente nulidade, encontramos pistas quanto a uma opinião que guardava para si, embora ele atuasse em qualquer situação, à parte de sua posição. Se a sua declaração ocorresse abertamente, ele não seria bem aceito pela sociedade. Isso justifica o fato de ele escrever seus escritos como se fossem obras de ficção, e com pseudônimos.

Com Resende (1992, p.421), tomamos conhecimento da participação de Machado de Assis no clube da elite imperial, considerada uma elite unificada. Desse clube ele não se afastaria, e também atuaria como homem público, conforme o texto abaixo:

A educação formal que não obtivera nem em Coimbra, como a maioria dos membros do clube, nem em qualquer outro desses espaços de legitimação do saber, **não fora empecilho a que participasse, também, da burocracia estatal.** (grifo nosso)

Sendo de origem humilde e tendo alcançado prestígio social e um emprego público, Machado de Assis não poderia pôr tudo a perder declarando sua forma de pensar, embora não desistisse de fazê-lo como escritor. Por essa razão, ele utilizava a perspicácia e a ironia, em seus textos.

Gledson (1996) nos possibilita observar que Machado de Assis foi nacionalista, mas não teve tendências republicanas. Ele pertenceu a uma tradição liberal monárquica que acreditava na possibilidade de reconciliação entre o liberalismo e a monarquia. Sempre se interessou pela sorte do país, foi patriota e, inclusive, arriscou-se, pois, em 1894, houve quem o denunciasse como monarquista, durante o governo de Floriano Peixoto que foi violento repressor de quem dele discordasse.

Era comum, para ele, omitir suas predileções e opiniões. Quando escrevia algo, em seus textos, que a elas se relacionasse, fazia-o dissimuladamente, por meio de fatos imaginários ou alusões, para evitar certas reações da sociedade e não correr riscos desnecessários.

Com uma crônica de Machado de Assis, publicada em 30 de março de 1889, podemos observá-lo como um defensor do que era nacional, conforme o trecho abaixo:

Mas, principalmente, o que vejo nisto é um pouco de estética. Tem a Inglaterra a sua libra, a França o seu franco, os Estados Unidos o seu dólar, **por que não teríamos nós nossa moeda batizada?** Em vez de designá-la por um número, e por um número ideal — vinte mil-réis — **por que lhe não poremos outro nome — cruzeiro — por quê? Cruzeiro não é pior do que os outros e tem a vantagem de ser nosso** (ASSIS *Apud* RESENDE, 1992, p.427). (grifo nosso)

Devido às palavras de Machado de Assis, compreendemos que, se ele utilizava termos lingüísticos em francês e fazia referência aos costumes franceses e a brindes com champanha, como na crônica analisada, era para ressaltar a incorporação de hábitos estrangeiros, dentro de nossa sociedade. Uma boa parte da população aparentava ser requintada e culta, com hábitos que não eram nossos, quando havia questões mais necessárias para pensar.

A partir das observações de Carvalho (2007), notamos que Machado de Assis também atuou na abolição, mas o fez por outros meios, sem alardes e em certas situações, conforme consta a seguir:

Machado de Assis era um sujeito reservado, do ponto de vista político, **não foi um explícito defensor da Abolição**, como Joaquim Nabuco e Castro Alves, mas **foi fundamental para viabilizar a Lei do Ventre Livre (primeira proposta para por fim à escravidão)**. Como funcionário público da Diretoria de Agricultura, **relatou pareceres favoráveis ao projeto, contra as oligarquias que lutavam pela manutenção do trabalho escravo**. Disponível na Internet em <http://www.vermelho.org.br>. (grifo nosso)

Relacionando o exposto com o texto analisado, observamos que o tema da crônica analisada é a questão social e política da abolição. Se Machado de Assis participou, ainda que indiretamente, da questão abolicionista, consideramos que a produção da crônica analisada foi um meio de ele atuar, também após a libertação. Por isso, a partir da figura de Pancrácio, o enunciador busca expor a situação do escravo liberto.

Em seu comentário, Brayner (1992, p.415) explica que, a partir de 1980, Machado de Assis controlaria os gracejos que lhe foram comuns na mocidade. E, no texto que segue, a autora o caracteriza como escritor de grande habilidade para perceber o pensamento e as atitudes do homem da sociedade da época, bem como os problemas e as necessidades sociais existentes nesse período:

Os anos 80 e 90 encontraram sua política comentada por um observador sem partido, mas hábil na arte de captar a interação de idéias e atos da época, transformando em imagens-matrizes o grande relacionamento de vozes estridentes e reivindicatórias vindas de diversos setores da sociedade brasileira. (grifo nosso)

A crônica analisada está intimamente ligada aos assuntos mencionados, mas necessitamos estabelecer essa relação. Machado de Assis não poderia

arriscar-se a perder a posição conseguida com opiniões contrárias aos interesses da sociedade, uma vez que ele era de origem humilde, autodidata, e muito se esforçou para conseguir uma certa posição social. Poderia manter-se alheio aos problemas, porém valeu-se de sua melhor condição para situar o seu pensamento, embora o fizesse comedidamente.

Em seus textos, podemos observar que seus personagens sofrem análises psicológicas quanto às suas atitudes, na vida particular, e em assuntos sociais e políticos. Essa é uma de suas características, que também é própria do movimento literário ao qual pertenceu.

E também localizamos um trecho de uma publicação de Machado de Assis, no jornal *O Futuro*, em 15 de setembro de 1862, escrita quando o autor estava com vinte e três anos. No texto, ele advertia a uma leitora sobre o procedimento que ela deveria ter para conseguir conviver adequadamente com a sociedade da época:

(...) ouve, amiga, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada. **Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas nem literárias, nem quaisquer outras;** de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. **O pugilato de idéias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te na luta e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas.** Sê entusiasta para o gênio, cordial para o talento, **desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre,** tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. **Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos.** E assim viverás honrada e feliz (ASSIS *Apud* BRAYNER, 1992, p.410). (grifo nosso)

Essa recomendação nos parece uma conversa interior. De origem humilde, Machado de Assis valorizava o que conseguira com o seu trabalho, desde

criança, para ajudar em casa. Sem mãe e, depois, sem o pai, seu único apoio foi sua madrasta. Sem condições para estudar devidamente, cumpriu com seus deveres e progrediu na vida. De saúde frágil, epilético e gago, poderia parecer franzino, mas seu caráter estava impregnado pelo senso de justiça sobre o que presenciava. A princípio, atuou com pseudônimos e se não costumava explicitar sua opinião, pois a fundamentava ironicamente, também não se omitia. Seus leitores deveriam perceber o seu ponto de vista, uma vez que o texto os levaria à reflexão.

Quanto à sua predileção política, ele tendia à monarquia. Inserido na elite imperial, era ali que ele se movimentava e, como homem público, atendeu às causas abolicionistas, dentro de suas possibilidades, sem deixar de defender o que era nacional. Para ele, havia problemas maiores necessitando que o governo, monárquico ou republicano, os solucionasse, e um dos problemas existentes, na época, foi a escravatura. Se relatou pareceres favoráveis ao projeto da abolição, ele participou do movimento abolicionista, sem se declarar como tal.

Explicitando o estilo de Machado de Assis, em seus escritos, Corção (1997, p.327) situa a técnica machadiana como sendo aquela que permite os volteios de seu escritor. Ao utilizá-la, no mesmo texto, o autor passa de um assunto a outro, de uma conclusão a outra, sem deixar de envolver o leitor em sua magia ou de discorrer sobre as suas emoções:

Sobre a técnica do desenvolvimento, direi que é nas crônicas, por causa de sua maior liberdade, que melhor se observa a tendência de Machado de Assis para o *divertissement* que toca as raías do delírio. Vai de uma coisa aqui para outra acolá, passa do particular para o geral, volta do abstrato ao concreto, desliza do atual para o clássico, galga do pequeno para o grandioso e volta do vultoso para o microscópico, passa do real para o imaginário, e do imaginário para o onírico, às vezes numa progressão geométrica vertiginosa, outras

vezes com um cômico aparato lógico, para rir-se da lógica, ou para mostrar que existe efetivamente uma esquisita lógica entre as coisas que o vulgar julga distante e desconexas.

Essa característica também pode ser observada no texto analisado, pois enquanto ele parece brincar nomeando o enunciador³ como sendo um profeta, após o gato morto, também o insere na abolição dos escravos, que foi um acontecimento social extremamente sério. Posteriormente, podemos perceber o enunciador pretendendo envolver-se no mundo da política e parecendo deleitar-se com o prestígio que estava alcançando, no decorrer do jantar oferecido. E, quando Machado de Assis posiciona o enunciador do texto analisado como pessoa que utilizava outros idiomas, o autor chamava a atenção para o prestígio dado àquilo que não era nosso. Embora o enunciador, no texto analisado, se declare como sendo de rara franqueza, consideramos que ele estava sendo franco, pois, tudo havia sido um plano para lançar-se politicamente.

Com as informações acima, compreendemos que Machado de Assis utilizava certas situações para representar as atitudes das pessoas que viviam em sua época, na corte do Rei, tal como ocorreu na crônica analisada. Na sequência, verificaremos o conhecimento sobre o contexto de produção do texto, requerido ao leitor, pois entendemos que ele também é de grande importância para a compreensão textual.

³ A crônica analisada nos apresenta dois personagens, ou seja, **escravo x Senhor**, com o Senhor sendo seu personagem principal e sem identificação nominal. Doravante, o consideraremos um enunciador-personagem, passando a denominá-lo **enunciador**. Dessa forma, referir-nos-emos a **escravo** e a **enunciador**.

3.2 O conhecimento sobre o contexto de produção do texto para a produção de inferências

Este texto, escrito na época em que foi decretada a Lei Áurea, ao final do Segundo Império, traz-nos a alforria de um escravo. No entanto, a libertação dos escravos foi uma das várias alterações que a nossa sociedade do Século XIX viveu e que muito a afetaria, uma vez que essa sociedade utilizou a mão-de-obra escrava em muitos setores.

Destacam-se, no período, mudanças de ordem social, tecnológica, política e econômica. Entre as mais significativas, que o progresso e a modernidade causaram, podemos citar o surgimento do telégrafo, a iluminação a gás nas ruas, as linhas de bondes, o transporte coletivo e as primeiras faculdades de direito, em 1827, nas cidades de São Paulo e Recife. Essas faculdades foram criadas para atender àqueles que, querendo prosseguir nos estudos, necessitariam estudar na Europa, dada a falta dessas instituições no país. E, aproximando-nos do final do século, tivemos a abolição dos escravos.

Conforme Faria (1992), nossa produção agrária, por esses idos, sofreu considerável expansão e necessitou da mão-de-obra dos escravos, até que acontecesse sua libertação e substituição pelo trabalho assalariado dos imigrantes que aqui chegavam à procura de novas condições de vida. A partir de 1850, com a extinção do tráfico de escravos, os recursos destinados à compra de negros foram aplicados, em grande parte, na atividade comercial, acarretando a prosperidade que, ao lado das modificações surgidas, propiciou o destaque e o prestígio da burguesia.

Entendemos que, a partir do destaque alcançado pela burguesia da época, haveria quem também almejasse alcançar o poder e quem não ponderasse sobre os meios que utilizaria para atingir seus objetivos.

Para Fávero & Molina (2006), nesse período, a importação de costumes e de cultura de vários países europeus, como Portugal, França e Inglaterra tornou-se marca de civilização e alterou vários de nossos hábitos sociais. A influência francesa afetou, inclusive, a arquitetura carioca e as avenidas sofreram ampliações, afastando o povo para os morros do Rio de Janeiro. Esse povo, em grande parte, era analfabeto e, afastado dos pontos centrais da cidade, desconhecia a vida social, política e cultural do país. Assim, só lhe restava acompanhar as mudanças que ocorriam, sem que se levasse em consideração a sua opinião. Explicam as autoras que essa situação possibilitou o surgimento da ironia típica do carioca.

Inferimos que não só se valorizava o que não era nacional, por meio do prestígio à cultura européia, mas o nosso povo também não recebia a merecida atenção. Em nome do progresso e da modernização, a população e suas dificuldades eram ignoradas.

Embora Machado de Assis aparentasse desatenção às hierarquias sociais, em suas crônicas, ele redistribuía os assuntos ‘nobres’, como a política, a administração do Império e até os acontecimentos internacionais, conforme Brayner (1992) esclarece. Assim, ele procurava reagrupar as hierarquias sociais e tecer uma nova leitura sobre as diferentes relações existentes na sociedade e fora da norma. Observamos o exposto no trecho inserido em *História de quinze dias*, quando o autor expõe o estilo político da época e a situação educacional da população:

E por falar neste animal [o burro], publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler. (...) **A nação não sabe ler.** Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. **70% jazem em profunda ignorância.** Não saber ler é ignorar o Sr. Meireles Queles: é não saber o que ele vale, o que ele pensa, o que ele quer; nem se realmente pode querer ou pensar. **70% de cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por quê nem o quê.** Votam como vão à festa da Penha, — por divertimento. (...) **Proponho uma reforma no estilo político.** Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas — “consultar os 30%, representantes dos 30%, poderes dos 30%. **A opinião pública é uma metáfora sem base; há só a opinião dos 30%** (ASSIS *Apud* BRAYNER, 1992, p.414-415). (grifo nosso)

Como jornalista, Machado de Assis tomava conhecimento do fato e o expunha ao público, enquanto chamava a atenção para certos problemas. Podemos dizer que o texto é uma crítica importante e sagaz, e expondo o problema educacional do país, por meio do texto, ele conscientizaria a população quanto à questão política do sufrágio, no tocante aos analfabetos e às situações que poderiam surgir. Nessa situação, a população não tinha condições de opinar, já que não tinha conhecimento do assunto e nem das causas de certos problemas, entre outras questões que ela poderia ignorar.

Em 1864, teve início a Guerra do Paraguai, cujo período se estendeu por cinco anos. Essa guerra foi a raiz para a Questão Militar e um reforço às questões abolicionistas. Nas colunas do exército brasileiro, houve um grande número de combatentes negros, sob várias promessas. Nessa situação, também podemos perceber as idéias abolicionistas que visavam à libertação de escravos.

Prosseguindo, Fávero & Molina (2006) nos dão conhecimento de que, nesse período, os centros culturais firmaram-se nas cidades e nas vilas, ocasionando o alargamento da zona rural, o que permitiu que os donos da terra se

tornassem os senhores do local. Em 1870, ao final da Guerra do Paraguai, algumas mudanças haviam ocorrido nas cidades e, entre elas, houve o crescimento dos entrepostos urbanos que foram transformados em centros políticos com profissionais liberais, burocratas, empregados do comércio e estudantes.

Devido às mudanças expostas, a situação social do Rio de Janeiro, cidade onde Machado de Assis nasceu e viveu, muito se alteraria. Os senhores das terras adquiriram força e poder, passando a comandar tudo ao seu redor, com seus escravos trabalhando nas fazendas e nas cidades, uma vez que, a partir da chegada de D. João VI e da corte portuguesa, no país, o número de escravos havia crescido significativamente, na sociedade brasileira. Mas, também a população sentia as transformações causadas pelo progresso.

A seguir, com Gledson (1996), observamos parte daquilo que ocorria com a população. Quando o cortiço *Cabeça de Porco*, localizado próximo à estação da Estrada de Ferro Central, foi destruído, embora a opinião pública, representada pelos jornais, não permitisse que Machado de Assis expusesse sua posição facilmente, ele teve dúvidas quanto a aprovar o percurso da civilização. Contrariado, concordou com seus leitores, pois, para ele, as mudanças certas estavam sendo feitas por pessoas e por razões erradas e de forma errada. Nas atitudes que ele presenciava, não sentia grandes preocupações com o destino dos moradores do cortiço e nem com os moradores de uma cidade repleta.

Relacionando essa situação à crônica analisada, podemos inferir que, se para Machado de Assis havia a necessidade de refletir sobre a situação das pessoas, também a abolição dos escravos deveria ter merecido atenção sobre o futuro dos escravos. As pessoas não deveriam tirar proveito de certas situações,

as atitudes deveriam ser medidas e a situação do escravo, como novo cidadão, deveria ter recebido um planejamento e uma estruturação.

Gledson (1996, p.25), ainda nos possibilita notar como Machado de Assis percebia os efeitos da modernização sobre a cidade. Por isso, no texto abaixo, exclamou:

Deus de bondade! Que diferença entre a procissão de sexta-feira e as de outrora. Ordem, número, pompa, tudo o que havia quando eu era menino, **tudo desapareceu.** (grifo nosso)

Nessa época, a modernização havia acabado com certos costumes, valores e princípios, inclusive religiosos. Isso esclarece porque Machado de Assis situou o enunciador, na crônica analisada, mencionando a Deus, a Cristo e a doutrina cristã.

Em outra ocorrência que atingia a população, Gledson (1996, p.25), esclarece que Machado de Assis norteava-se pela sua reação de escritor inserido no meio político e social, num período agitado e de certa desordem, e numa situação tensa, politicamente. Entre outros assuntos que envolviam a sociedade, e que ele tratou, temos a mania do povo pelos jogos de loteria e pelas corridas de cavalos, as pessoas aparentemente ingênuas envolvidas em esquemas corruptos e a falta de valores básicos, em áreas, como na economia e na moral. Por ocasião da expulsão dos camelôs que vendiam bilhetes de loteria, cachaça, café e tabaco, na Rua Primeiro de Março, e das ameaças que os quiosques sofreram, sarcasticamente, em 09 de abril de 1893, o escritor comentou:

Na crise moral deste fim de século, **a decretação da consciência é um grande ato político e filosófico.** (grifo nosso)

Machado de Assis não poderia distanciar-se de seu posto de observador, aparentemente nulo, mas seu olhar estava atento a todos os acontecimentos e às atitudes que demonstravam a forma de pensar e de agir do homem dessa época. Em seus textos podemos observar essa percepção, pois ele tratava do pensamento e das atitudes do ser humano. Seu comentário situa a moral das pessoas da época, que deveria ser de grande valor para enobrecer o país, e a consciência que o homem da época deveria ter sobre o que fazia.

Nas ações praticadas por essa sociedade, conforme Gledson (1996, p.26-27) explica, Machado de Assis, em seus textos, situava o passado e o presente, para mostrar as diferenças existentes na cidade envolvida por uma modernização violenta. Em sua crônica de 29 de maio de 1892, discutindo o homem brasileiro que, quando queria, era muito cordial e que formava reuniões, via de regra por curiosidade, Machado de Assis o situa sem o devido espírito público:

O que **não podemos tolerar é a obrigação. Obrigação é eufemismo de cativo**: tanto que os antigos escravos diziam sempre que iam à sua obrigação, para dizer que iam para casa dos seus senhores. (grifo nosso)

O homem dessa sociedade não admitia, de maneira alguma, a mínima possibilidade de submissão para si mesmo. No entanto, valeu-se de seu semelhante da forma mais degradante possível, em benefício próprio.

E também a literatura se fez presente, procurando alterar a nossa realidade social e, inclusive, lingüística. Entre os movimentos literários ocorridos no Século XIX, sob grande influência das correntes filosóficas e científicas da época, que também alterariam a forma de pensar da sociedade, temos o Realismo, no qual o texto analisado se insere. O Realismo atendia às teorias científicas do positivismo, do darwinismo e do determinismo.

Segundo Meyer (1992), nesse contexto e inserida numa sociedade que prestigiava a superioridade intelectual e literária do indivíduo, devido ao rebuscamento da linguagem e ao esmerado uso gramatical, surgiu o estilo leve da crônica, dando a conhecer problemas sérios à população e situando-os nos espaços dos jornais, no tempo, no espaço e na historicidade, enquanto participava ativamente do contexto social. A crônica ou *le feuilleton* é de origem francesa e, aqui, foi rebatizado. Como crônica, ela foi aprimorada pelos nossos escritores, num estilo próprio.

O assunto da crônica analisada é extremamente sério, pois retrata a situação do homem submetido por seu semelhante. Observando a vida ao seu redor e discordando de muitas coisas que aconteciam, Machado de Assis passava os problemas existentes à população, por meio de suas crônicas.

Reforçando a função que a crônica exercia, nesse contexto, Neves (1992) explica que as crônicas da passagem do Século XIX ao Século XX, são documentos que situam o tempo social vivido por essa sociedade como um momento de transformações.

As transformações ocasionadas pela modernidade eram necessárias para que o país pudesse acompanhar o desenvolvimento mundial, embora devessem ocorrer de modo mais ameno. Mas, a nação também deveria acompanhar a extinção da escravatura, o que envolveria determinadas condições para que o escravo pudesse se inserir numa nova forma de vida. E nós fomos um dos últimos países da América a abolir a escravidão.

Segundo Arrigucci Júnior (1985), na crônica, encontramos os vestígios da vida do homem e o documento de uma época ou uma forma de situar a História

no texto, comprovando acontecimentos e vida passados, ocorridos num processo histórico de complexa dimensão, de difícil percepção e de fácil escape à percepção de seus escritores. O historiador escrevia os fatos e os explicava, e o cronista, posteriormente, os narrava fielmente, moldando a história do mundo. Nas crônicas da segunda metade do Século XIX, o cronista situava a sociedade tradicional e as novidades da burguesia, na modernização do país, com o jornal como um de seus instrumentos. No entanto, o cronista deveria diversificar a sua visão e a sua linguagem necessitaria abranger os vários níveis inseridos na sociedade.

Com o comentário acima, a crônica analisada nos expõe fatos fiéis à época, sociais e históricos. E a abolição dos escravos foi um fato histórico que abrangeu toda a sociedade brasileira.

Conforme Faria (1992), o folhetim seria a origem das crônicas atuais e suas publicações ocorriam nos jornais, semanalmente, e, via de regra, aos domingos, na primeira página do jornal. A publicação da crônica analisada ocorreu, aproximadamente, uma semana após a libertação, e esse período permitiria notar as primeiras alterações que ocorreriam na sociedade, se é que elas ocorreriam.

E, de acordo com a afirmação de Guimarães (2000), o folhetim nasceu do jornal e o folhetinista, nasceu do jornalista. Sendo Machado de Assis um folhetinista, então, a origem de seu ofício se situa no jornalista. Como jornalista, em seus comentários, ele não poderia eximir-se de tratar da realidade do momento histórico vivido pela sociedade brasileira do Século XIX, à parte de qual fosse o texto e o assunto.

No decorrer das causas abolicionistas, segundo a publicação de Moreira & André (2007), a atuação da imprensa foi muito importante. Ela denunciava violências, divulgava festas com o objetivo de conseguir fundos para pagar cartas de alforrias de escravos e suas fugas, exaltava o senhor que alforriasse o escravo e criticava as maldades de seus donos. A *Gazeta de Notícias*, fundada em 1876, foi um dos jornais engajados na campanha abolicionista e o primeiro jornal a colocar-se à disposição dessa causa. Nessa sociedade que possuía muitos analfabetos, os jornais eram mais ouvidos do que lidos, numa real *leitura de ouvido* que difundia as idéias abolicionistas.

Com esse esclarecimento, compreendemos que Machado de Assis valeu-se de um meio muito poderoso para expor seu pensamento. O jornal faria a divulgação de suas idéias, ainda que suas crônicas fossem percebidas por quem não sabia ler, por meio da leitura de outras pessoas que as leriam ou de quem passaria seus comentários.

Arrigucci Júnior (1985), recorrendo a Gledson (1986), explica as crônicas da série *Bons dias!* A produção dessas crônicas era anônima, mas, hoje, sabemos que seu autor foi Machado de Assis e, ao redigi-las, às vezes, ele era humorístico, sarcástico ou pessimista. Nelas, há um forte interesse quanto às questões sociais e políticas da época, parecendo que pesquisavam a verdade histórica dos fatos. São difíceis, pois seu caráter é alusivo e irônico e seu cronista questionava fatos como a Abolição e a formação do gabinete liberal, em 1889. A característica de seu autor era o humor impregnado de relativismo cético, procurando disfarçar a violência própria do domínio oligárquico, que era movido pelas modificações históricas que o capitalismo causava, a forte dependência do sistema internacional, a República e a modernização.

Entendemos que a maior violência praticada pelas oligarquias foi a prática da escravidão, pois elas utilizaram-se do trabalho do escravo para gerar riquezas, prestígio e poder, sem que nada a ele se devesse.

E, conforme Resende (1992), a série de crônicas *Bons dias!* foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, entre abril de 1888 e agosto de 1889, cessando às vésperas da Proclamação da República. Suas crônicas traziam seus títulos grafados em letras maiúsculas e o momento vivido, mostravam a relatividade da abolição, além de situar ironicamente a situação do ex-escravo que, recém-saído da degradante escravatura, trabalharia por salários miseráveis, no mercado livre. Assim, a opressão emergia com outras feições.

Com essa situação, os escravos, após a sua libertação, necessitariam submeter-se a qualquer tipo de salário ou não teriam a mínima condição de sobreviver, tal como aconteceu com Pancrácio. Essa situação foi outra forma de oprimir o ser humano.

Gledson (1996), nos permite notar que o jornal *Gazeta de Notícias* foi o jornal mais popular e respeitado no Rio de Janeiro. Em relação à política, esse jornal opôs-se moderadamente ao regime republicano. Machado de Assis utilizou e atuou com o instrumento de maior alcance, entre todos os outros da época, para posicionar sua visão.

Atribuindo ao 13 de maio o lado ornamental da política, Machado de Assis, em 11 de maio de 1888, expôs um comentário imbuído de excessiva ironia, pois os políticos liberais propunham reformas sociais frágeis, enquanto os conservadores as aprovavam e as executavam. No referido comentário, podemos

notar como o escritor entendia a percepção de algumas pessoas sobre certas mudanças e como ele se situava em relação a essas transformações:

eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que **me custava a achar uma opinião.**” E, depois de dizer, com abuso de ironia, “eu, em todas as lutas, **estou sempre do lado do vencedor**”, constrói um diálogo ficcional:

— (...) Aposto que não vê que anda alguma cousa no ar?

— Vejo; creio que é um papagaio.

— Não, senhor: é uma república. **Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?** (...) (ASSIS *Apud* RESENDE, 1992, p.425). (grifo nosso)

Essas observações nos permitem inferir que, para Machado de Assis, a República era algo dispensável. Havia preocupações mais importantes que a mudança de governo, e os problemas existentes poderiam e deveriam ser resolvidos, à parte de quem governasse. As idéias republicanas faziam-se presentes há algum tempo, mas convém observar que o comentário aconteceu às vésperas da abolição.

O uso do advérbio *também* cria uma ambigüidade. Machado de Assis poderia estar se referindo a alguma pessoa descrente da situação sobre a mudança de governo, que já se fazia presente, ou a alguma outra mudança, além daquela que seria a república. Sendo a segunda possibilidade, haveria quem considerasse que a abolição não era tão necessária.

Para Moreira & André (2007), a abolição não cortou o processo produtivo do país, pois a mão-de-obra livre já se fazia presente. Mas, quando os escravos se tornaram homens livres, surgiram outras formas de subordinação. No país, um número aproximado de 800 mil negros, subitamente, viu-se na mais impiedosa

miséria. Eles não tiveram o mínimo pedaço de terra para a sua sobrevivência, escolas e nem assistência social ou hospitalar. Foram discriminados e reprimidos e vagaram muito por estradas e terrenos baldios, até que os bairros africanos surgissem, iniciando as favelas contemporâneas, nas grandes cidades. Os casebres formaram um meio social mais ameno, embora miserável, e substituíram a senzala. E os escravos ainda precisaram suportaram a exploração e a violência, devido às normas que combatiam a inação e a vadiagem.

Dessa forma, a situação de Pancrácio espelha a realidade social. Se ele não aceitasse a proposta, quanto ao salário que receberia, só lhe restaria vagar pelo mundo. Por isso ele aceitou, inclusive, a forma de tratamento inadequado.

Completando a difícil situação, ainda com Moreira & André (2007), alguns fazendeiros pagavam quantias insignificantes pelos serviços que os escravos prestavam. Muitos se dirigiram à capital do país, mas o mercado de trabalho não conseguiu absorver o grande número de desempregados. Nessa situação, formaram-se grupos que passaram a ser vistos como escusos e seus homens não conseguiram desfrutar de sua cidadania. No texto analisado, o ordenado de Pancrácio seria irrisório, mas se ele não o aceitasse, ficaria desamparado e sua cidadania também não se concretizaria.

Com a análise do contexto de produção que envolve o texto, comprovamos que os textos de Machado de Assis tratavam da cidade do Rio de Janeiro em suas situações problemáticas, como a escravidão, e nas situações glamourosas, como a corrida de cavalos. A escravidão foi um problema nacional que envolveu uma difícil situação em nossa sociedade.

O Rio de Janeiro era a capital do país e o lugar ideal para um escritor estabelecer-se como tal, sobretudo porque foi lá que Machado de Assis nasceu e viveu e, ali, ele contava com o apoio da elite. O mais viável é que ele expusesse seu mundo, por meio de sua visão e vivência, embora o fizesse irônica, implícita e anonimamente, porém, convém lembrar que esse foi o estilo desse escritor e é exatamente essa característica que valoriza a sua obra. Entre os problemas sociais de que ele tratou, ainda observamos o problema social quanto à leitura da população. Não conseguindo conhecer, analisar, criticar, opinar ou, realmente, votar, ela seria comandada ou ludibriada, como aconteceu com Pancrácio.

Na crônica que analisamos, o enunciador, dono do escravo, é um cidadão dessa sociedade burguesa do Rio de Janeiro, capital do país, cujo objetivo era a modernidade e o progresso. Essa sociedade era tipicamente escravocrata, almejava o poder e valia-se do escravo para todos os serviços, na vida rural ou na vida citadina, sem lhe dever nenhum favor.

Apesar da grande importância do conhecimento sobre o contexto de produção do texto, para a compreensão da leitura, consideramos que analisar o conhecimento sobre o léxico do texto e a força ilocucionária que nele se insere também são relevantes para que o leitor possa produzir certas inferências e alcançar a compreensão textual.

3.3 O conhecimento sobre o léxico e a força ilocucionária para a produção de inferências

Nesta análise, deter-nos-emos no conhecimento sobre o léxico do texto e na força ilocucionária do discurso do enunciador, embora certas expressões lingüísticas também sejam significativas para a compreensão textual.

A título de esclarecimento, notamos no início do texto três expressões em língua estrangeira, sendo duas em francês e uma em latim. Isso não interfere em nossa compreensão, pois, em seguida, o autor nos expõe a tradução das mesmas, em Língua Portuguesa, e seus significados em Português são importantes para nos auxiliar na compreensão textual. Por essa razão, não podemos deixar de mencioná-los.

Para realizarmos a análise, selecionamos algumas palavras que, inseridas no contexto, pareceram-nos ser aquelas de maiores dificuldades de entendimento, no texto analisado. Explicá-las-emos situando o seu significado no contexto que permeia essa produção textual.

Em (1), o enunciador inicia a sua fala apresentando-se como pertencente a uma família de **profetas**:

- 1) Eu pertenço a uma família de **profetas** *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês.

Um profeta antecipa-se aos fatos reais. Com essa qualificação, inferimos que o enunciador era uma pessoa que possuía o dom de saber sobre certos fatos com antecedência ou de tomar conhecimento dos acontecimentos ainda não ocorridos.

Em seguida, em (2), o enunciador reafirma seu poder de adiantar-se à ocorrência dos fatos e garante que a história da lei estava **prevista** por ele, conforme segue.

Quando prevemos, vemos ou supomos antecipadamente. Podemos inferir que o enunciador queria deixar bem claro o seu conhecimento quanto ao desfecho das negociações que tratavam da elaboração da lei de 13 de maio.

E, em (3), como o enunciador consegue adivinhar os fatos, ele explica que tratou de **alforriar** um escravo:

(2) Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim **prevista**, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de (3) **alforriar** um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos.

Uma alforria restitui a liberdade. Entendemos que, a partir daquela data, o ex-escravo seria aceito por todos como uma pessoa livre e um cidadão igual aos outros.

Parecendo que o enunciador quer comemorar a alforria realizada, ele dá um jantar, depois renomeado por banquete; o número de pessoas convidadas é modificado pelas notícias que alteram o fato original de cinco para trinta e três e, por meio da idade de Cristo, o enunciador pretende dar um aspecto simbólico ao jantar.

Em (4), um dos amigos presentes, que também era sobrinho do enunciador, faz um pedido às pessoas presentes no evento, nomeando-as por **assembléia**, como no exemplo que segue.

Uma assembléia é uma reunião de algumas pessoas com um fim específico. Nos dias atuais, é comum ouvirmos esse termo quando falamos sobre reuniões políticas ou em grupos sociais com certos objetivos. Assim, as pessoas ali reunidas não formavam um grupo pequeno e esse grupo tinha uma determinada finalidade.

E, em (5), o sobrinho do enunciador pede um brinde ao primeiro dos cariocas, devido ao ato que ele, enunciador, acabara de **publicar**:

(4) Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre **assembléia** que correspondesse ao ato que acabava de (5) **publicar**, brindando ao primeiro dos cariocas.

No contexto, publicar significa tornar público ou afirmar algo publicamente. Dessa forma, é possível observar que as notícias situaram a libertação do escravo num ato público acompanhado de várias pessoas e não num mero jantar realizado como um ato simples, humilde e familiar, como inicialmente entendemos que seria. E o enunciador fez do ex-escravo um objeto de exposição para divulgar a ação praticada.

No dia seguinte ao jantar, encontramos o enunciador explicando ao ex-escravo Pancrácio, com rara franqueza, que ele era livre e poderia ir para onde quisesse, mas ali ele teria casa amiga e conhecida, e um ordenado pequeno que poderia crescer. Pancrácio aceita ficar e, nesse dia, por não escovar bem as botas de seu ex-amor, ele toma um peteleco, que também aceita.

Em (6), o enunciador explica a Pancrácio que o peteleco não podia anular o **direito civil** adquirido, como no exemplo que segue.

O direito civil de todo cidadão estabelece que todos os homens têm direitos iguais e impõe o direito ao preparo para a vida em sociedade. Isso envolve o poder de decidir, de deslocar-se, de ser respeitado, de trabalhar para manter-se e de protestar, entre outros. Como escravo, Pancrácio não o tinha, mas como pessoa livre, sim. No entanto, um ser livre não tolera certas formas de tratamento. Compreendemos que se houve a necessidade de uma explicação sobre o direito civil adquirido foi porque Pancrácio estranhou o peteleco recebido, pois, a partir da alforria realizada ele seria um homem livre. Isso nos permite observar que Pancrácio teve alguma dúvida quanto à sua real libertação.

Em (7), o enunciador explica a Pancrácio que o peteleco não anulava o direito civil adquirido com o **título** recebido:

(6) Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o **direito civil** adquirido por um (7) **título** que lhe dei.

Dar um título a alguém implica uma nomeação ou qualificação, e isso ocorre também nos dias atuais. O que Pancrácio recebeu foi uma carta de alforria que lhe dava o direito de ser um cidadão livre. E a liberdade é um direito e não um título.

E, na seqüência do texto, em (8), o enunciador revela que seu plano estava feito, pois queria ser deputado e mandaria uma **circular** aos seus eleitores:

(8) O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na **circular** que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia;

Uma circular é uma carta, ofício ou manifesto que é reproduzido e enviado a muitas pessoas ou a um grupo delas para dar ciência do assunto tratado, que será igual para todas. Inferimos que o assunto da circular seria a libertação do escravo e isso representava mais um ato de divulgação com o qual o enunciador se promoveria utilizando o escravo, novamente.

Em (9), na circular que o enunciador enviaria aos seus eleitores, ele diria que o escravo havia aprendido a ler, escrever e contar e que era **professor de filosofia**:

(9) que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposições) é então **professor de filosofia** no Rio das Cobras;

Com Japiassú & Marcondes (2006) temos a definição genérica do pensamento filosófico variando entre cada filósofo, corrente filosófica e período histórico. Pitágoras situou a distinção entre o saber e a filosofia, como a busca do saber, estabelecendo que a ciência, como saber específico, é distinta da filosofia, que é de caráter mais geral, abstrato e reflexivo, enquanto busca de princípios que possibilitam o próprio saber. Tradicionalmente, esse termo nomeou a totalidade do saber ou a ciência em geral, com a metafísica fundamentando os demais saberes. No pensamento moderno, a filosofia retomou o sentido de fundamento do princípio, fundamentando a ciência e justificando a ação humana. No Iluminismo, a ela se atribuiu a função de investigação dos pressupostos, de consciência de limites, e de crítica da ciência e da cultura. E, posteriormente, representaria o questionamento, quase que exclusivamente.

E também há quem situe o pensamento filosófico como aquele que procura ampliar incessantemente a compreensão da realidade, apreendendo-a total e verdadeiramente. Mas, Pancrácio só conhecia uma verdade, pois sua real

situação não era a apregoada e nada poderia questionar sem os devidos conhecimentos.

Finalizando o texto, em **(10)**, o enunciador declara que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos não obedecem à lei, mas a ela se antecipam dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre **retardatários**, como no exemplo que segue.

Retardatário é aquele que se atrasa. Por isso as decisões dos poderes públicos chegariam após a consumação do fato, conforme aconteceria com a libertação do escravo Pancrácio.

E, em **(11)**, o enunciador prossegue qualificando os poderes públicos ao chamá-los de **trôpegos**, como no exemplo a seguir.

Trôpegas são as pessoas que andam ou se movimentam com dificuldade. Portanto, os poderes públicos enfrentavam dificuldades em seu trabalho. Certos fatores estariam impedindo ou atrasando a sua ação, como a burocracia ou dados benefícios contrários a alguns interesses. A libertação poderia ser esse empecilho e, nesse caso, ela estaria contrariando os interesses de alguns.

Em **(12)**, fechando o texto, temos o enunciador acrescentando que os poderes públicos não eram capazes de **restaurar** a justiça na terra:

(10) que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre **retardatários**, **(11) trôpegos** e incapazes de **(12) restaurar** a justiça na terra, para satisfação do céu.

Restaurar não implica criar, mas repor, reconstruir, recuperar. Desqualificando os poderes públicos dessa forma, o enunciador os classificou como aqueles que não conseguiam devolver a liberdade ao escravo ou recuperar a liberdade já existente, o que equivale a não restabelecer a justiça na terra. Entretanto, a liberdade do homem sempre existiu, mas era o próprio homem quem escravizava seu semelhante. E sentimos uma certa ironia que envolve uma contradição, porque um homem puro, grande e verdadeiramente direcionado por uma política que pensa no povo, obedece à lei e a aplica em favor desse povo.

Conforme verificamos, necessitamos conhecer as palavras empregadas no texto, devidamente situadas no contexto, para podermos realizar as inferências iniciais. Isso justifica a importância do conhecimento lingüístico. Prosseguindo, analisaremos o conhecimento lingüístico sobre o uso da língua, por meio da força ilocucionária situada nas palavras do enunciador, para demonstrar algumas intencionalidades inseridas em seu discurso.

Em (13), temos uma expressão situada pelo enunciador como se fosse um ato de reafirmação, conforme segue.

Utilizamos essa expressão quando queremos reafirmar ou garantir o que dizemos. Isso nos permite inferir que o enunciador procurou dar força à sua posição de profeta para afirmar-se como tal.

E, na seqüência, em (14), também percebemos o uso do verbo **tratar** que, na asserção do enunciador, ganha força:

(13) Por isso **digo, e juro se necessário for**, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-

feira, antes mesmo dos debates, **(14) tratei** de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos.

Tratamos de fazer algo, quando isso requer urgência. Por esse motivo, acreditamos que essa alforria foi um ato feito às pressas.

A seguir, em **(15)**, encontramos os advérbios **já** e **mais**, inseridos na proposta feita ao escravo, pelo enunciador, e reforçando a oferta de emprego como vantajosa:

(15) — Tu é livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, **já** conhecida e tens **mais** um ordenado, um ordenado que...

Podemos inferir que os benefícios oferecidos ao escravo tinham a intenção de fazer com que ele ficasse. Assim, o escravo teria algo e continuaria abrigado.

E, em **(16)**, prosseguindo com a oferta de emprego, o enunciador oferece um ordenado, mas não dá o seu valor e classifica-o como **um ordenado pequeno**:

(16) — **Um ordenado pequeno**, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescente imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho: hoje estás mais alto que eu.

Se relacionarmos o adjetivo que qualifica o ordenado com o adjetivo que descreve o escravo, em seu nascimento, poderemos entender que o ordenado seria bem reduzido.

Logo em seguida, em **(17)**, a inversão da posição do adjetivo ressaltando o valor do pagamento nos chama a atenção, sobretudo, quando o enunciador reforça com **repito**, conforme segue.

Com as palavras do enunciador, podemos observar que o enunciador não queria deixar dúvida alguma sobre o valor que pagaria a Pancrácio, o qual seria realmente pequeno.

A seguir, em **(18)**, nova expressão surge (é que a galinha enche seu papo de grão de grão) mostrando a intenção do enunciador quanto ao ordenado que ele pagaria e como ele pensava que o escravo deveria fazer para ter algo:

(17) Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas **(18) é de grão em grão que a galinha enche o seu papo**. Tu vales mais que uma galinha.

Entendemos que o enunciador tinha a intenção de pagar o escravo com um salário de valor irrisório e equivalente a um grão de milho que, aos poucos, formaria um montante maior, tal como a galinha faz para encher o seu papo, ou seja, de grãozinho em grãozinho. Portanto, cada ordenado seria um mero grão. E percebe-se, implicitamente, uma comparação entre o escravo e uma galinha, vista como um animal comum e de baixo custo. Assim, podemos inferir que o escravo, realmente, não implicaria despesas.

Em **(19)**, após conversar com Pancrácio, o enunciador expõe a decisão do escravo de aceitar a oferta:

(19) Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas: efeitos da liberdade.

A reafirmação da aceitação da oferta e do que ela abrangeu permite-nos dizer que Pancrácio aceitou a proposta devido à falta de melhores possibilidades e pela necessidade de prosseguir submisso.

Aproximando-se o final do texto, o enunciador revela que tudo havia sido um plano e mandaria uma circular aos seus eleitores para contar a alforria praticada. Neste ponto, estabelecem-se algumas contradições, por meio de advérbios e de locuções adverbiais.

Em (20), o advérbio de tempo ganha força, quando seguido de outros advérbios. Com esses elementos, o enunciador pretendia passar um momento irreal no qual ele teria libertado o escravo, segundo segue.

O enunciador queria criar para si a imagem de um homem de bom caráter, posicionando-se como grande benfeitor. Relacionando esses elementos com as palavras do enunciador, no início do texto, percebemos que a alforria aconteceu antes mesmo dos debates, o que contradiz toda a antecendência pretendida.

E, em (21), novamente o discurso do enunciador procurará ganhar força junto a seus eleitores, ao mencionar, na circular que lhes enviará, que a alforria foi realizada de forma modesta e familiar. Isso ocorre por meio de duas locuções adverbiais que denotariam o lugar e o modo como o escravo teria sido alforriado:

- (20) quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, **antes, muito antes** da abolição legal, já eu, (21) **em casa, na modéstia da família**, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia;

Agora, notamos a intenção de envolver o ato praticado com toda uma pretensa humildade que não ocorreu. Por isso, seriam invenções que o enunciador passaria aos seus eleitores para beneficiar-se.

Em (22), ainda gostaríamos de salientar, que o nome do escravo, ou seja, o nome **Pancrácio**, pareceu-nos extremamente incomum. Sabendo que, por vezes,

o autor nomeia seus personagens ao classificá-los pela significação de seu nome, procuramos averiguar o seu significado.

Localizamos alguns sentidos que nos permitem a realização de mais inferências. O primeiro significado equivale a sujeito parvo, tolo ou aquele que não tem muito juízo. O segundo refere-se a uma espécie de combate ou prova atlética dos gregos e romanos antigos, que envolvia elementos de luta livre e pugilato.

Quanto ao terceiro significado, Houaiss (2001) explica que o termo *pancrácio*, etimologicamente, tem uma origem obscura e que o prefixo *-cracia* é um elemento de composição pospositivo, originado no grego *krátos*, *eos*, *ous* que determina força, poder ou autoridade. Esse elemento, acrescido do sufixo *-ia*, forma substantivos abstratos e, de acordo com o padrão depreendido do grego *demokratia*, governo popular, democracia, que deve ter sofrido influência de *krátos*, houve a irradiação para componentes homólogos, como antedemocracia, aristocracia, burocracia, canalhoracia, mediocracia, milionocracia, papelocracia, teocracia, vulgocracia, etc. Uma grande parte desses componentes originou-se a partir do Século XIX, com uma intensificação no Século XX, por meio de palavras *ad hoc* e de uso comum como pejorativas.

Relacionando os primeiros significados localizados com a situação de *Pancrácio*, entendemos que esses significados apresentam pontos em comum com o escravo mencionado no texto. Embora ele pareça ser um tolo, devido a prosseguir submisso na casa do antigo amo, sem outras alternativas, ele prosseguirá sujeitando-se a tudo, enquanto luta pela sua sobrevivência. E dando-lhe o significado de pessoa tola, estabelecemos um certo sentido pejorativo.

Também podemos observar, por meio do conhecimento sobre o léxico do texto e da força ilocucionária de seus enunciados, que há uma determinada situação devidamente inscrita, no léxico, nas ações lingüísticas e no contexto do texto. Embora seja uma compreensão inicial que poderá sofrer alterações, no decorrer desta análise, ela nos permite uma certa percepção sobre o que o texto nos expõe.

No início do texto, o enunciador apresenta-se como profeta e pretendendo libertar um escravo com uma alforria feita às pressas. Ele visa ao seu prestígio político, alforriando o escravo num jantar que parece ter sido um ato público. No jantar, o enunciador procura qualificar-se como homem religioso e nobre, mas o direito civil do escravo parece ter sido apenas uma mera nomeação. Mandará uma circular aos seus eleitores para contar a ação praticada e fazer a sua propaganda política, pretendendo demonstrar que se preocupou com a educação do escravo. Nomeando o escravo como sendo professor de filosofia, qualifica-o lendo, escrevendo e contando. No entanto, essa instrução não ocorreu e o ex-escravo só poderia ensinar que a libertação plena não havia acontecido.

Para o enunciador, os poderes públicos eram incapazes de restabelecer a justiça na terra, porém a justiça só seria restabelecida se esses poderes não permitissem o desamparo dos escravos ou que lhes faltasse um abrigo, após a libertação. Para isso, os escravos precisariam de um preparo que os inserisse na vida em sociedade. Isso impediria que a submissão prosseguisse.

E, ainda, constatamos uma determinada intencionalidade, quando o enunciador procura ressaltar o fato de ser profeta, ao insistir em influenciar a decisão do escravo em ficar e ao procurar posicionar-se como um homem bom, generoso e humilde. No tocante ao pequeno ordenado que seria pago, notamos a

força ilocucionária com maior tom, e repetitiva. Inferimos que o enunciador não queria deixar dúvidas quanto à pequenez do ordenado e, implicitamente, compara o escravo com uma galinha que, além de ser um animal, é de valor insignificante.

O nome Pancrácio qualifica o escravo como uma pessoa tola, porque sendo livre, ele continua submisso às artimanhas e ao tratamento dado pelo seu ex-dono, mas a situação não poderia ser outra. Devido às suas condições, Pancrácio não teve outra alternativa a não ser aceitar, inclusive, os maus tratos. Assim, ele prosseguiria enfrentando outras situações, ou melhor, lutando para sobreviver, como um homem supostamente livre. Embora pareça que isso diminui Pancrácio, é justamente o que o qualifica como inteligente, pois esperaria que novas possibilidades surgissem.

Complementando a nossa análise, verificaremos a produção de sentidos que se estabelece ao utilizarmos objetos-de-discurso e categorias, cuja elaboração ocorre no decorrer de atos discursivos realizados pelos sujeitos, com as transformações sofridas devido à sua submissão às ações contextuais, conforme já foi mencionado.

3.4 As anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações para a produção de sentidos

Iniciando a análise das anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações, devemos destacar que, segundo Koch (2005a), as nominalizações, em uma de suas funções textual-interativas, atribuem certas

orientações argumentativas ao texto e a seus enunciados, num entendimento global, de acordo com a proposta que o autor do texto pretende.

Em (23), ao iniciarmos a construção de sentidos, por meio do processo de referenciação inserido na crônica analisada, encontramos a introdução de um referente formado por uma expressão nominal definida com numerais, para situar a data da publicação do texto. Esse referente se insere no título do texto, dele é parte indissociável e o ancorará:

(23) Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em **19 de maio de 1888**.

Por meio da data da publicação da crônica, o texto nos permite constatar que essa publicação ocorreu no mês e no ano da abolição, seis dias após a libertação dos escravos.

Segundo Koch (2004b), ao introduzirmos estrategicamente um objeto, a sua expressão lingüística assume o foco na memória de trabalho, destacando o objeto no modelo textual. Assim, o objeto mencionado permanecerá saliente, embora a época que ele traga se encontre implícita, textualmente.

E, em (24), temos o início do texto, propriamente dito, com um pronome pessoal que apresenta o enunciador. Logo após, há outra introdução de referente para ocupar um novo foco no modelo textual. Insere a família do enunciador no texto e nomeia todos como profetas, inclusive, o enunciador, porém depois do gato morto:

(24) Eu pertenço a **uma família de profetas** *après coup, post factum*, **depois do gato morto**, ou como melhor nome tenha em holandês.

Assim apresentados, todos foram qualificados como profetas, inclusive o enunciador. Mas, depois do fato consumado ou com o fato já tendo acontecido.

E surge, em (25), um novo objeto-de-discurso que será referente. Esse objeto é introduzido para ocupar um novo foco no modelo, por meio de uma descrição nominal indefinida:

(25) Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar **um molecote** que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos.

Em (26), em meio ao jantar, temos outra anáfora indireta baseada no elemento textual ativado [banquete] por uma nominalização que sumariza a intenção do enunciador ao alforriar o escravo num evento maior. É uma expressão nominal definida com determinante e modificador. Não refere ou retoma algum item específico, segundo Marcuschi (2005) esclarece ser próprio dessas anáforas:

(26) **No golpe do meio** (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio.

Podemos compreender o primeiro golpe como sendo o do gato morto, ou seja, após o fato consumado; o golpe do meio, como aquele praticado pelo enunciador ao libertar o escravo, o qual ocorreu durante o jantar; o golpe final, ao utilizá-lo em sua promoção política, antes que a lei fosse estabelecida. E, tratando-se de um golpe, a atitude do enunciador não foi correta.

Em relação ao autor, ele queria demonstrar como certas intenções poderiam direcionar as ações praticadas pelos donos de escravos para alcançar certas vantagens.

Em (27), com nova anáfora indireta baseada no elemento textual ativado [a alforria] por uma nominalização, temos o encapsulamento da idéia do enunciador quanto à alforria praticada e ao uso do pensamento religioso. Esse encapsulamento ocorre com uma expressão nominal definida pluralizada com determinante, como segue.

Com o enunciador antecipando-se à lei para alforriar o escravo, devido a ser um profeta, ele se posicionou como um homem que sabia qual atitude deveria tomar em certas ocasiões e, também, como libertador do escravo para atender às idéias cristãs. Não necessitaria ser comandado pela lei dos homens, pois obedecia a Cristo e não cairia em pecado. Mas, o escravo estava com dezoito anos de idade e, dessa forma, Pancrácio não era um ser livre, há muito tempo.

Quanto à intencionalidade do autor, ele nos passa a idéia de que as ações praticadas sob as diretrizes da religião têm um valor maior. Não devemos esperar que certas imposições legais nos digam o que é certo ou errado. E, ainda, ele procura destacar o roubo da liberdade do ser humano.

E, em (28), nova anáfora indireta baseada no elemento textual, implícito, ativado [liberdade] por uma nominalização sumariza a posição na qual o enunciador se situa. É uma expressão nominal definida com determinantes:

(27) que entendia que a nação inteira devia acompanhar **as mesmas idéias (28)** e imitar **o meu exemplo**;

Libertando o escravo, o enunciador queria dar-se a conhecer como um homem sábio, generoso, cristão e digno, a ponto de servir de exemplo a outras pessoas.

Em relação à intencionalidade do autor, podemos inferir que, por meio da crônica, ele pretendia conscientizar o povo a libertar os escravos, tal como o enunciador fez, sem que a abolição estivesse determinada legalmente. O autor era um homem de princípios religiosos e gostaria que a libertação houvesse ocorrido de forma digna, com as pessoas agindo conforme manda o cristianismo.

E, em (29), temos nova anáfora indireta baseada no elemento textual ativado [amigos] por uma nominalização que encapsula as pessoas presentes ao banquete e que se comoveram com o ato praticado, por meio de uma expressão nominal definida com determinante, adjetivo e pluralizada:

(29) Todos **os lenços comovidos** apanharam as lágrimas de admiração.

As pessoas presentes ao banquete haviam se sensibilizado com a ação praticada pelo enunciador, pois a haviam entendido como uma ação humanitária e generosa, digna de admiração. Dessa forma, ele havia conseguido que elas compactuassem com ele e seus objetivos haviam sido alcançados, ou seja, tornara-se bem quisto e ele teria o apoio dos amigos.

Não obstante, surge uma alteração na inferência produzida, pois observamos uma ampliação na orientação argumentativa atribuída por essa nominalização. Isso ocorre devido ao pronome que antecede a expressão nominal

dessa nominalização, uma vez que ele imprime a idéia de generalização àquilo que o produtor do texto pretendia passar ao leitor. Assim, não ficou alguém sem apanhar as lágrimas, ou seja, sem comover-se profundamente, a ponto de chorar, devido à admiração pelo feito. Entretanto, inferimos que isso não envolve a comoção de todos os presentes, mas o choro daqueles que, comovidos, se haviam admirado com a alforria.

Em relação ao autor, ele teve a intenção de estimular as pessoas a praticar a alforria, enquanto dava a entender que aquele que assim agisse seria apoiado. Foi mais uma chamada à sociedade para aqueles que ainda não haviam alforriado seus escravos.

No dia seguinte, o enunciador diz ao escravo que ele era livre e poderia ir para onde quisesse. Ali, ele teria casa amiga, já conhecida, e um ordenado pequeno, porém, com possibilidades de crescer.

Em (30), temos uma anáfora indireta baseada no elemento textual ativado [direito civil] por uma nominalização que sumariza a nova situação, quanto ao ex-escravo e ao enunciador, ou seja, a dois estados naturais ou comuns ao ser humano: de liberdade, pelo escravo, e de perda, pelo enunciador. É uma expressão nominal definida com numeral, adjetivo e pluralizada:

(30) Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram **dois estados naturais**, quase divinos.

O estado do ex-escravo era o estado próprio de um homem que se sentia livre e com direitos, e o estado do enunciador, como aquele típico de quem havia perdido um bem ou algo que pertencia ao seu patrimônio e, por isso, se sentia

lesado, embora devesse obedecer às determinações cristãs. Isso esclarece o mau humor ou o humor maldoso do enunciador, a ponto dele tratar mal a Pancrácio.

Quanto ao autor, ele situou o estado do escravo como o estado de quem havia alcançado a liberdade à qual tinha direito, desde o seu nascimento, e o estado das pessoas que haviam perdido ou que perderiam seus escravos alforriando-os, ou dos donos dos escravos. Embora de mau humor, deveriam obedecer aos desígnios de Deus e de sua lei, podendo também demonstrar, na história, que acatavam a futura lei dos homens, praticando as alforrias.

E, em **(31)**, há uma nova anáfora indireta baseada em elementos textuais ativados [a idéia de libertação, de dar um jantar, do aspecto simbólico e de ser exemplar] por uma nominalização formada com uma expressão nominal definida com determinantes. A nominalização sumariza a intenção do enunciador ao declarar a libertação do escravo num ato público, e não trata de um item específico:

(31) O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia;

Essa anáfora permite inferir que o enunciador havia agido com segundas intenções e só visava ao seu benefício e prestígio para ser político.

Em relação ao autor, entendemos que ele situou como as pessoas poderiam tirar proveito da libertação, dizendo-se justas, porém desconsiderando as necessidades dos ex-escravos, em benefício próprio.

E, em (32), temos outra anáfora indireta baseada nos itens textuais ativados [deputado, eleitores] por uma nominalização que se posiciona com uma expressão nominal definida com determinante, adjetivos e pluralizada. Essa nominalização encapsula as atitudes dos políticos que deveriam atuar em prol da sociedade, como no exemplo a seguir.

Os bons políticos atuam beneficiando o povo, porque, ao assumir seus cargos, assim se comprometem. Ou melhor, os escravos deveriam ser considerados como homens iguais a todos os outros e deveriam ser libertados por uma questão humana, além da questão legal.

Quanto à intencionalidade do autor, assim ele estimulava as pessoas, políticas ou não, a serem humanitárias e a considerarem as necessidades do próximo, dando-lhe amparo legal e considerando-o livre, espontaneamente. Dessa forma, ele conclamava os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos para que agissem dignamente e fortalecessem os meios que a lei poderia abranger, para que os escravos não ficassem desamparados, após a abolição, uma vez que ela não havia conseguido estabelecer o que era justo.

Em (33), há uma anáfora indireta baseada em elementos textuais ativados [idéias cristãs ou pregadas por Cristo] por uma nominalização que sumariza as atitudes que o céu espera dos homens, para satisfazê-lo. É uma expressão definida sem determinante e com uma locução adjetiva:

(32) que **os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos**, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para (33) **satisfação do céu**.

Embora pareça que os homens políticos não deveriam obedecer à lei, inferimos que Deus só se contentaria com aqueles que fossem de grandeza espiritual e política. Na história, eles poderiam, até mesmo, não obedecer à lei que ainda não havia sido estabelecida, uma vez que essa lei não estava considerando as necessidades do escravo para dar-lhe condições de vida decente, quando liberto.

Quanto à intencionalidade do autor, ele situou os bons governantes como aqueles que obedecem às determinações dos homens, sob os princípios estabelecidos por Deus, e, se necessário, a essas determinações se antecipam. Em caso de falhas ocorridas na lei, entendemos que os políticos deveriam amenizar as conseqüências de seus atos, se não fosse possível corrigi-los. E isso deixaria o céu satisfeito. Foi uma forma de ele encerrar o texto lembrando a todos as orientações divinas.

A compreensão deste trecho do texto exige um grande esforço cognitivo do leitor, pois a sua estrutura é de grande complexidade, já que os dizeres do enunciador são metafóricos.

Retomando a leitura do texto, em (34), há uma anáfora indireta baseada na ativação de elementos textuais, explícitos e implícitos, ativados [a lei, os debates, a alforria e o não preparo dos escravos para uma vida livre] por uma expressão nominal definida com determinante e modificador. Essa anáfora não foi compreendida no início desta análise, pois aparentava ser uma redundância. Todavia, agora ganha sentido:

(34) Por isso digo, e juro se necessário, que toda **a história desta lei de 13 de maio** estava por mim prevista, tanto que na segunda-

feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos.

Nesta parte do texto, o enunciador estava tratando das ocorrências que envolveram o decreto da lei, e que constituíram o fato histórico. Entretanto, a nossa interpretação amplia-se, uma vez que o enunciador não estava falando apenas da lei, e sim do que ela deveria implicar. Somente dizer que o escravo seria livre não seria suficiente ou correto.

A inferência produzida encontra justificativa na mesma força situada na orientação argumentativa que foi mencionada em (29), ou seja, o pronome que precede a expressão nominal dessa nominalização torna-a mais abrangente e generaliza o significado das palavras que o produtor do texto, provavelmente, pretendeu passar ao leitor. Ao contrário de (29), que permite a exclusão de quem não havia se comovido e admirado, aqui, observamos que nenhum detalhe ligado ao fato poderia dele ser desvinculado, e isso inclui a falta de preparo para o exercício de cidadania. Agora, também entendemos melhor a qualificação do enunciador como profeta e o porquê de seu juramento, se necessário fosse.

A antecipação à lei é de sentido ambíguo, porque o enunciador antecipou-se à lei ao alforriar o escravo e o autor antecipou-se à lei prevendo o que aconteceria, depois dela, embora a crônica tenha sido publicada após a abolição. Os resultados e as conseqüências, causadas pelo modo como a abolição foi estabelecida, já haviam sido previstos pelo autor, antes do 13 de maio.

Conforme pudemos analisar, por meio das anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações, inseridas no texto, o processo de

referenciação contribuiu significativamente para a sua compreensão e elucidou alguns pontos obscuros.

3.3 A compreensão do texto: uma leitura

Quando o autor do texto apresenta o enunciador como profeta, após o gato morto, podemos inferir que temos o autor apresentando-se ao leitor. Machado de Assis estava tratando daquilo que ele havia acompanhado nos últimos acontecimentos, quanto às idéias abolicionistas, nos debates realizados. Para o autor, a abolição não havia modificado a situação de escravidão. Por isso, ele posicionou o enunciador predizendo, ou melhor, prevendo a situação que ele, autor, havia pressentido que se estabeleceria, após o decreto da lei.

Em relação à pressa do enunciador para dar a alforria ao escravo, o enunciador assim o fez para alcançar seu prestígio político. Não havia motivos para que ele protelasse o que deveria ser feito, porque não perderia o serviçal, a alforria não implicava custos, o ordenado do ex-escravo nada significaria e ele, como dono do escravo, poderia lucrar, se utilizasse a alforria para promover-se politicamente, antes que a lei vigorasse.

No texto, o enunciador procurou justificar a alforria do escravo dizendo-se um seguidor das idéias cristãs, que consideram o impedimento da liberdade do ser humano um roubo. Mas, as idéias cristãs datavam de dezoito séculos e o enunciador conhecia o escravo há dezoito anos, ou melhor, desde o seu nascimento.

Machado de Assis foi um homem de princípios cristãos e, com isso, ele provocaria a reflexão das pessoas que lessem a crônica, por meio da formação religiosa de cada um, pois os interesses políticos e particulares, na sociedade, em relação à abolição, prevaleceram sobre os sociais, sob a capa da cristandade e da justiça. E, ao que tudo indica, não houve maiores preocupações.

Sobre o enunciador aparentar que Pancrácio era livre e que poderia ir embora, apesar de saber que o escravo não teria condições para isso, o autor estava demonstrando a situação social criada. Declarar a libertação do escravo não resolveria a sua situação, se ele não tivesse meios para ser realmente livre, pois a exploração não acabaria. Sobre a submissão de Pancrácio, com respeito ao tratamento recebido como ex-escravo, não havia outra saída e ele necessitaria prosseguir submisso e sujeitando-se a tudo. E o gracejo sobre o ordenado de Pancrácio faz parte da ironia típica do autor para despistar seus reais comentários, ou seja, que o ordenado seria insignificante.

As situações inseridas no texto endossam a asserção do enunciador ao qualificar-se como um homem de rara franqueza, porém, no tocante a essa afirmação, ele não estava mentindo. Se relacionarmos essas informações à vida de Machado de Assis, a rara franqueza não seriam mentiras, mas omissões de certas verdades. Quando expomos nossas opiniões, por vezes, criamos conflitos diversos. Embora o autor situe sua opinião implicitamente, ele nos permite observar a sociedade da época. E o uso de expressões em línguas estrangeiras se esclarece devido ao rebuscamento da sociedade, uma vez que, sobretudo, o uso do francês significava cultura e o latim, até hoje, representa conhecimento.

Quase ao final do texto, o enunciador declara o seu plano para ser político. Para tal, convenceria seus eleitores de que ele era um homem digno e de que

havia dado ao escravo uma suposta educação. Essa atitude foi uma estratégia que visava à sua promoção política e o autor a situou intencionalmente.

Qualificar Pancrácio como um professor de filosofia no Rio das Cobras, posicionou-o como alguém que conhecia a realidade e deveria ensiná-la. Mas a realidade que ele conhecia era que não tinha condições para inserir-se na sociedade como homem livre. A libertação não havia sido o que ele esperava. Sem condições para viver por si, a sua vida não sofreria grandes alterações. E o nome Rio das Cobras nos permite inferir que, por vezes, os homens são ardilosos e traiçoeiros. Dizem-se generosos, mas são movidos por interesses escusos.

A partir das análises realizadas, entendemos que Machado de Assis se fez presente durante toda a sua produção e que seu texto é uma obra de ficção criada para criticar a situação provocada pela abolição. Ao situar o enunciador submetendo o escravo às suas artimanhas para lançar-se na política, o autor expôs a situação existente na sociedade em que vivia. Devemos ressaltar que, hoje, essa obra é uma obra literária, mas a sua origem ocorreu no jornal daquele momento e, nessa época, ela não era considerada como tal.

Machado de Assis percebia que não havia preocupações com a situação dos escravos, após libertos. Isso o motivou a criar uma situação fictícia, para expor as vantagens que a sociedade poderia ter com a libertação. Na visão do autor, os poderes públicos não haviam atuado como deveriam, uma vez que não haviam ponderado quanto às necessidades e aos direitos dos escravos para uma nova vida, por isso ele situou o enunciador criticando os poderes públicos.

No tocante à publicação da crônica, na semana seguinte à abolição, ela foi intencional, ou melhor, foi um alerta à sociedade. A abolição não havia

solucionado o problema da escravidão e o autor, no texto, quis mostrar como a lei havia sido injusta com o povo escravizado e sem condições de uma vida melhor, e, também, que as injustiças prosseguiram.

Dessa forma, a maior intencionalidade de Machado de Assis, ao escrever o texto e situar o fato como já estava consumado, foi no sentido de conscientizar a sociedade para que amparasse os escravos em sua nova vida e procurasse dar-lhes suporte, até que eles se tornassem autônomos. Sua preocupação, após o 13 de maio, abrangeu as dificuldades existentes na vida dos ex-escravos.

Para a compreensão da leitura, por vezes, foram necessárias algumas adequações aos sentidos inicialmente produzidos, quanto a certas informações, pois deveríamos inferir os motivos que levaram o autor a criar o texto, para alcançarmos a compreensão do que ele expõe. O tema que direciona o texto é a abolição, que não preparou o escravo para ser um cidadão livre, de fato.

A compreensão aqui apresentada encontra embasamento no conhecimento prévio necessário à compreensão do texto e na referenciação, nele existente, mas, cumpre-nos ressaltar que ambos permitem muitas outras possibilidades de produção de sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste trabalho, nosso objetivo sempre foi o de situar o processo inferencial como sendo aquele que contribui para a compreensão da leitura realizada pelo leitor, por meio da interação entre leitor-texto-autor.

No primeiro capítulo, procuramos estabelecer um embasamento teórico que nos permitisse responder à nossa primeira pergunta de pesquisa: Qual é o conhecimento prévio ativado que facilita a compreensão na leitura da *Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*, de autoria de Machado de Assis?

Para tanto, consideramos o texto como o real lugar de interação, entre leitor-autor, e o processo cognitivo realizado pelo leitor que abrange a ativação do conhecimento prévio necessário à compreensão textual, por meio dos conhecimentos que com ele interagem. Estudamos os modelos cognitivos que o leitor pode construir na memória, a partir do contato com o léxico do texto, enquanto ele supõe do que o texto trata, e o processamento da informação na memória, das inferências e de suas estratégias. Estudamos, também, o contexto, que é fundamental para o ato de inferir, situando o contexto lingüístico, o contexto geral do texto e o contexto cognitivo do leitor.

No segundo capítulo, procuramos elucidar as outras duas perguntas de pesquisa: Como ocorre o processo de referenciação do texto? O reconhecimento do elemento anafórico auxilia a compreensão do texto analisado?

Estudamos o processo de referenciação e a progressão referencial, apresentando as estratégias de referenciação, por meio da (re)ativação e da desativação de objetos-de-discurso, e a anáfora, em sua forma ancorada e não ancorada. Posicionando a anáfora ancorada como o mecanismo lingüístico que

abrange as anáforas associativas e as anáforas indiretas, optamos por estudar a anáfora indireta, pois ela é basicamente inferencial. Discorreremos sobre os subtipos de anáforas indiretas, selecionando, entre elas, as anáforas indiretas baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações, para a análise do texto, no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, por meio dos estudos realizados, no primeiro e no segundo capítulos, analisamos o texto *Crônica publica no jornal Gazeta de Notícias, em 19 de maio de 1888*, de autoria de Machado de Assis.

Ao discorrermos sobre o conhecimento da vida do autor e sobre o contexto sócio-histórico, decidimos não detalhar a sua biografia, mas os seus comentários, em algumas de suas produções. Dessa forma, pretendíamos enfatizar o posicionamento do escritor sobre o mundo que o envolvia para fundamentar suas colocações na produção textual analisada, em seu tempo e espaço; apresentamos, também, a opinião de outros autores sobre Machado de Assis.

Em seguida, posicionamo-nos quanto ao conhecimento necessário sobre o contexto de produção do texto, por meio das palavras do autor e de autores que estudaram sua obra. Conhecer a situação em que o texto foi escrito foi de extrema importância para embasar as informações situadas pelo autor.

No decorrer da compreensão textual produzida, constatamos que o conhecimento sobre o léxico do texto é básico para o início da compreensão do leitor, pois partimos de nosso conhecimento sobre o léxico do texto para formar as primeiras representações textuais e as primeiras suposições quanto ao assunto tratado pelo texto. A força ilocucionária situada no discurso do enunciador, no

texto analisado, permitiu-nos observar determinadas intencionalidades que, normalmente, não seriam notadas.

Estudamos, ainda, no terceiro capítulo, os elementos referenciais inseridos no texto, por meio das anáforas indiretas com base em elementos textuais ativados por nominalizações. Constatamos que, no texto analisado, as nominalizações possibilitam muitas inferências, pois o autor situa uma boa parte das informações por alusões. As nominalizações permitem que observemos as informações não declaradas pelo autor, no texto. Essas informações só são entendidas, por meio das remissões anafóricas dos objetos-de-discurso aos seus referentes, posto que, em certos trechos, o autor as expõe de forma complexa, intercalando certas explicações que parecem desviar o foco do assunto principal do texto.

Com base na análise realizada, acreditamos que, antes de iniciar o trabalho com a leitura do texto, o professor pode observar qual é o conhecimento prévio que o aluno possui sobre o assunto a ser tratado, sobre o universo lingüístico e sobre o mundo, quanto ao autor, à sociedade da época tratada no texto e ao momento histórico e social vivido por essa sociedade.

Todavia, o professor pode completar o conhecimento do aluno com outras informações importantes à compreensão textual e explicar o movimento literário no qual o texto analisado se insere, situando o que foi o Realismo, para que o aluno observe que há diferenças em relação a Álvares de Azevedo, pertencente à escola literária anterior, e Olavo Bilac, situado na escola literária posterior, ou seja, que as escolas literárias diferem em suas produções e estilos, em seu tempo, espaço e historicidade.

Trabalhar com textos diversos, para demonstrar aos alunos como eles podem atuar com as estratégias inferenciais, é importante, e ainda é interessante que os alunos observem como o professor as utiliza. A princípio, convém orientar os alunos quanto à utilização das estratégias inferenciais, até que eles as utilizem sem o auxílio do professor.

Quanto ao processo de referenciação, entendemos que, no decorrer da leitura do texto, é igualmente importante que o professor estimule a percepção do aluno quanto aos objetos-de-discurso e a seus referentes, sobre a forma como os objetos realizam as remissões e as relações que essas remissões estabelecem, por meio de perguntas que permitem a produção de inferências. Dessa forma o aluno se habituará a inferir e a perceber quais são as informações extralingüísticas e contextuais participantes do texto.

Ao chegar ao final da dissertação, consideramos que os objetivos propostos, em relação à compreensão da leitura e à produção de inferências necessárias para a compreensão do texto, foram atingidos. Esperamos ter contribuído para a abertura de novas perspectivas de trabalho no tocante à leitura e à sua compreensão, em sala de aula, no Ensino Médio.

Ressaltamos que essas possibilidades de compreensão, no decorrer do ato de leitura, por meio do conhecimento prévio e do processo de referenciação, não são absolutas e que outras possibilidades também podem surgir, a cada momento de um novo processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, Denis. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.53-84.

ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico- Biblioteca Mário de Andrade*. v.46. n.1/4. São Paulo: janeiro a dezembro de 1985. p.43-53.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). 10.reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v.III. p.489-491.

BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.407-417.

BROWN, Gillian & YULE, George. *Análisis del discurso*. Madrid: Visor, 1993.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.137-147.

CARVALHO, Rodrigo. *Machado de Assis e a identidade brasileira*. Disponível na Internet: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=20118>. Acesso em 19/12/2007.

CORÇÃO, Gustavo (comentários). In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). 10.reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v.III. p.325-331.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato, 2001.

FARIA, João Roberto. Alencar: a semana em revista. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.301-313.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia A. G. *As Concepções Lingüísticas no Século XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p.32-44.

GLEDSON, John (introdução) In: ASSIS, Machado de. *A SEMANA*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.24-27.

GUIMARÃES, Lealis C. *A metalinguagem da crônica brasileira do século XIX*. In: Unopar Cient., Ciênc. Hum. Educ.: Londrina, v. 1, n. 1, p. 33-37, jun. 2000. Disponível na Internet: www.unopar.br/portugues/revista_cienfcah/art_orig_pg33/body_art_orig_pg33.html - 20k. Acesso em 19 de dezembro de 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, dezembro de 2001. CD-ROM.

JAPIASSÚ, Hilton & MARCONDES, Danilo. 4.ed. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.108.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e Leitor. Aspectos Cognitivos da Leitura*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005a. p.33-52.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2005b.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e Coerência*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KOCH, Ingedore G. Villaça & MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. In: *Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. v.14. n.especial. São Paulo: 1998. Disponível na Internet: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 27 de dezembro de 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura como Processo Inferencial num Universo Cultural-Cognitivo. In: *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas: ABL, junho de 1985. ano 4. n.5. p.3-16.

_____. *Linearização, Cognição e Referência: o desafio do hipertexto*. 1999. Disponível na Internet: http://www.uchile.cl/facultades/filosofia/Editorial/livros/discurso_cambio. Acesso em: 05 de maio de 2007.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, Dino (org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p.191-240.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Villaça Gruenfeld; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto: 2005. p.53-101.

_____. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.93-133.

MONDADA, Lorenza & DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52.

MOREIRA, Jane Bomsucesso & ANDRÉ, Marcillio. *Rio de Janeiro- Cidade Maravilhosa*. 13 de dezembro de 2007. Disponível na Internet: <http://www.marcillio.com/rio/index.html>. Acesso em 19 de dezembro de 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.75-92.

NOGUEIRA JÚNIOR, Arnaldo. *Projeto Releituras*. Disponível na Internet: http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp. Acesso em: 13 de junho de 2007.

RESENDE, Beatriz. Em caso de desespero, não trabalhem. A política nas crônicas de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.419-435.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. 6.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TREVISAN, Eunice Maria Castegnaro. *Leitura: Coerência e Conhecimento Prévio: uma exemplificação com o frame carnaval*. Santa Maria: UFSM, 1992.

VAN DIJK, Teun A. *Texto y contexto- Semántica y pragmática del discurso*. 2.ed. Madrid: Cátedra, 1984.

_____. *Cognição, discurso e interação*. 2.ed. KOCH, Ingedore G. Villaça (org. e apres.). São Paulo: Contexto, 1996.

ANEXO

Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícia, em 19 de maio de
1888

Crônica publicada no jornal Gazeta de Notícia, em **19 de maio de 1888**

Bons dias!

Machado de Assis

Eu pertenço a **uma família de profetas** *après coup, post factum*, **depois do gato morto**, ou como melhor nome tenha em holandês. **Por isso digo, e juro** se necessário for, que toda **a história desta lei de 13 de maio** estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, **tratei de alforriar um molecote** que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No **golpe do meio** (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo **Pancrácio**; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre **assembléia** que correspondesse ao ato que acabava de **publicar**, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz

outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos **os lenços comovidos** apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, **já** conhecida e tens **mais** um ordenado, um ordenado que...

— Oh! Meu senhô! Fico.

— Um **ordenado pequeno**, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— **Pequeno ordenado, repito**, uns seis mil-réis; mas **é de grão em grão que a galinha enche o seu papo**. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio **aceitou tudo; aceitou até** um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o **direito civil** adquirido por um **título** que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram **dois estados naturais**, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoa) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na **circular** que mandarei aos meus eleitores, direi que, **antes, muito antes** da abolição legal, já eu, **em casa, na modéstia da família**, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposições) é então **professor de filosofia no Rio das Cobras**; que **os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos**, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre **retardatários, trôpegos** e incapazes de **restaurar** a justiça na terra, para **satisfação do céu**.

Boas noites!

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. COUTINHO, Afrânio (org.). 10.reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004. v.III. p.489-491.